



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0769/15	DATA: 02/06/2015	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 14h58min	TÉRMINO: 18h43min	PÁGINAS: 85

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MANOEL JERÔNIMO DE MELO NETO - Defensor Público-Geral do Estado de Pernambuco.
ANTÔNIO BARROS PEREIRA DE ANDRADE - Delegado-Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco.
ANTÔNIO FRANCISCO PEREIRA NETO - Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.
ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Secretário de Estado de Defesa Social de Pernambuco.

SUMÁRIO

Debates sobre as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
Houve manifestação na plateia.
Grafia não confirmada: Franz.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todas e a todos! Desculpem-me pelo atraso. Fiquei preso no trânsito.

Vamos iniciar a audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito resultante da aprovação do Requerimento nº 63, de 2015, de minha autoria. Esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e-Democracia.

Informo que, durante a fala dos convidados, não haverá apartes.

Convido para sentar-se à mesa o Sr. Alessandro Carvalho Liberato, Secretário de Estado de Defesa Social de Pernambuco. *(Palmas.)*

Convido para sentar-se à mesa o Sr. Antônio Francisco Pereira Neto, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco. *(Palmas.)*

Convido para sentar-se à mesa o Sr. Antônio Barros Pereira de Andrade, Delegado-Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco. *(Palmas.)*

Convido para sentar-se à mesa o Sr. Manoel Jerônimo de Melo Neto, Defensor Público-Geral do Estado de Pernambuco. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, a maneira como o Comandante-Geral está se apresentando é um passo para a unificação das polícias. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com certeza, a sua proposição será considerada pelo conjunto do Plenário da CPI.

Eu quero, primeiro, dizer aos nossos convidados que, apesar de ter sido aprovada uma convocatória, nós utilizamos um critério muito republicano. O que nós fizemos? Por uma decisão do colégio aqui da CPI, vamos convocar os seis Estados com maior índice de homicídios, de acordo com o DATASUS e o Mapa da Violência, e os seis com menor índice de homicídios. Esse foi o critério que nós adotamos aqui. Convocamos também todos os Secretários Nacionais do Governo Federal. Então, usamos um critério com bastante isonomia.

Uma intenção da nossa audiência de hoje, desse debate, é nós olharmos para a frente, olharmos para o futuro. O que, de fato, a CPI pode propor? Numa pactuação que estamos chamando de — mais do que nacional — pactuação republicana de todos os Poderes, com todos os entes da Federação, como é que podemos construir políticas para a redução das taxas de homicídio no Brasil para



patamares de países civilizados? Todo o mundo sabe que acima de 10 a própria ONU considera quase uma guerra civil.

No Brasil, nós vivemos com 29 para cada 100 mil habitantes. Quando temos recortes de jovens negros e pobres, chegamos a aproximadamente 59, 58,8 homicídios para cada 100 mil habitantes. Nós temos oito Estados em que a taxa está acima de 100 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Portanto, eu quero fazer aqui essa introdução. Esses temas já foram muito debatidos nesta CPI. Por exemplo, nós não temos sistema federativo que defina a presença dos Municípios e, inclusive, da União nesse tema da segurança pública.

Eu sei que o Secretário de Segurança está debatendo e deve estar participando do grupo de trabalho com o Ministério da Justiça, que busca estudar esse novo sistema federativo, um pouco na linha do que a CPI está debatendo, para compartilhar, integrar, fazer um sistema federativo de responsabilidades. O próprio Ministério da Justiça tem debatido com alguns Secretários de Segurança Pública do País as diretrizes para um Plano Nacional de Enfrentamento aos Homicídios.

Aqui — é evidente — nós estamos trabalhando a ideia de construir um plano nacional com foco na juventude negra e pobre. Eu não sei se o Ministério da Justiça trabalha assim, não sei se eles vão fazer essa definição com esse recorte. Na nossa compreensão, o que contribui para a não redução das taxas de homicídio no Brasil, o que puxa para cima são as mortes dos nossos jovens negros e pobres. Tanto que, comparado com os últimos 10 anos, houve uma redução de aproximadamente 35% na taxa de homicídios de brancos no País, e houve, no mesmo período, um aumento de 30% na taxa de homicídios dos nossos jovens negros.

Concedo a palavra ao Sr. Manoel Jerônimo de Melo Neto, por 15 minutos.

O SR. MANOEL JERÔNIMO DE MELO NETO - Gostaria de saudar os Exmos. Srs. Deputados Federais, na pessoa do Presidente da Comissão, Deputado Reginaldo Lopes.

É uma satisfação muito grande para mim estar aqui, representando a minha instituição — uma das mais republicanas do Brasil, aquela que inclui quem está excluído, acolhe aqueles corações aflitos que chegam desesperados à Defensoria Pública — e buscando um serviço de qualidade, um serviço de excelência. Isso é o que buscamos, não só no nosso Estado, mas posso afirmar que em todo o Brasil.



Sou o Vice-Presidente do CONDEGE, que é o Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, e posso falar com garantia desse comprometimento de todos os Defensores Públicos do Brasil, uma vocação muito bonita, uma atividade muito nobre, de lutar e ser a vez e a voz do cidadão brasileiro.

Gostaria de informar a V.Exas. que a Defensoria Pública de Pernambuco tem recebido, graças a Deus, nos últimos anos um apoio substancial do Governo, não só do atual, que nos deu pela primeira vez uma dignidade orçamentária para concretizarmos nossa autonomia, mas também dos Governos anteriores, a exemplo do saudoso Eduardo Campos e de João Lira.

É muito importante esse apoio à Defensoria Pública — que sempre teve um esquecimento, nunca foi a prioridade em alguns Governos do Brasil — para que possamos interiorizar o nosso serviço, Deputado Jean Wyllys, e também humanizá-lo. O rico pode pagar uma banca de advogados, e o pobre não pode. Por isso que a Defensoria Pública precisa ser vista como a menina dos olhos do Governo.

O Ministério Público é uma instituição muito forte. Para que o julgador se sinta confortável de julgar com justiça, de se aproximar do seu julgamento com perfeição, é importante que o sistema de justiça seja igual.

A Defensoria Pública também precisa ter o apoio dos Governantes, não só do Governo Federal, mas também dos Governos Estaduais. V.Exas., Deputados Federais, são os defensores da Defensoria Pública, são a esperança do povo pobre.

Aqui eu venho dizer a V.Exas. da preocupação com as minorias do nosso Estado, não só com os jovens negros, mas também com o movimento LGBT e diversos outros. Criamos este ano um Grupo de Trabalho para ajudar esses nossos irmãos que sofrem algum tipo de discriminação. Foi um convênio que nós fizemos, Deputado Jean Wyllys, com a Secretaria de Direitos Humanos do Estado, a pedido do Governador Paulo Câmara. Tivemos a preocupação de fazer isso.

Nós não podemos só fazer o feijão com o arroz, aquele trabalho de audiência, de defesa. Precisamos expandir nosso serviço, precisamos chegar à população em todos os segmentos. Portanto, nós estamos contribuindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pessoal, eu quero pedir silêncio, para garantir a fala do nosso convidado.



O SR. MANOEL JERÔNIMO DE MELO NETO - Estamos contribuindo nesse segmento. É importante que nunca fiquemos satisfeitos, mas que busquemos avançar cada vez mais. Todo trabalho ainda deve ser pouco. Dessa forma, vamos certamente diminuir a chance de erro e alcançar o objetivo maior, que é buscar incluir essas minorias, que hoje eu não sei nem se seriam minorias. Muita gente sofre discriminações por diversos motivos.

Essa situação da criminalidade contra o jovem negro é muito preocupante. Precisamos, sim, estabelecer planejamentos estratégicos e coibir, com muito rigor, muita veemência, essa grave situação que sofrem nossos irmãos negros.

A Defensoria Pública vem aqui hoje se colocar à disposição de V.Exas. e dizer que estamos contribuindo no que se refere a um grupo de defensores públicos que, aos sábados, atendem esses irmãos, esses cidadãos, na nossa sede, na Avenida Marquês do Amorim, em Recife. Essas pessoas vão até a Defensoria Pública já direcionadas, encaminhadas pela Secretaria de Direitos Humanos, buscando fazer com que o seu direito violado seja resguardado, seja através de uma mediação e conciliação na própria Defensoria Pública, seja através da judicialização.

Era isso, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que eu tinha a dizer. Estou aqui pronto para responder as perguntas que V.Exas. entenderem necessárias.

Muito obrigado pelo acolhimento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vou passar a palavra para o Sr. Antônio Barros Pereira de Andrade.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - *(Inaudível.)* registrar. O inciso VII do art. 74 me dá o direito de falar pelo fato de ter sido citado o meu nome e eu ter sofrido acusação pessoal. Eu solicito a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós estamos no meio da nossa audiência pública. Após a fala dos quatro convidados, nós passamos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - São 3 minutos, Sr. Presidente. Eu peço também a sua compreensão, porque serão 4 a falar durante 15 minutos, e eu vou falar durante 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Já iniciamos a nossa audiência. Logo após os palestrantes V.Exa. terá a palavra garantida.



Concedo a palavra o Sr. Antônio Barros Pereira de Andrade, Delegado-Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, por 15 minutos.

O SR. ANTÔNIO BARROS PEREIRA DE ANDRADE - Boa tarde a todos! Inicialmente quero cumprimentar o Exmo. Sr. Deputado Reginaldo Lopes, através do qual cumprimento todos aqui presentes nesta audiência.

Sou Delegado de Polícia Civil. Atualmente chefo a Polícia Civil do Estado de Pernambuco, cargo que passei a ocupar justamente a partir de janeiro deste ano. Sou oriundo da atividade de inteligência da Secretaria de Defesa Social, subordinado ao Dr. Alessandro Carvalho, nosso Secretário.

Um ponto ao qual eu queria fazer logo referência na minha fala é a questão da atividade criminal, que tem vitimado principalmente pobres e negros, o que é o objeto desta CPI.

E aí eu queria levantar a questão do tráfico de drogas. A maior parte do comércio de drogas que temos verificado no Estado de Pernambuco — e eu acho que, de certa forma, essa é uma contaminação nacional — é principalmente o tráfico de drogas em relação ao *crack*. A matéria-prima, a pasta-base para produção de *crack* não é produzida no Estado brasileiro. A pasta-base vem de fora do País, principalmente de países como Peru, Bolívia, Colômbia. Infelizmente essa droga entra nos nossos Estados e vem sendo disseminada cada vez mais. E verificamos que, há brigas no tráfico, existe a ocorrência de embates, rixas entre quadrilhas, o que vitima principalmente pobres e negros.

Esse é um problema que o Estado de Pernambuco tem levado a sério. Tenho o prazer de fazer parte de uma equipe de governo que implementa uma política de Estado em Pernambuco desde 2007, com a figura importante do Governador Eduardo Campos, que implantou a nossa política com o Pacto Pela Vida — PPV. Com essa política, nós tivemos vários investimentos na Polícia Civil, como departamentos especializados no combate ao crime de homicídio, delegacias especializadas, como o DENARC, que é o Departamento de Repressão ao Narcotráfico, entre várias outras delegacias que vieram para otimizar o trabalho da Polícia Civil.

Eu queria só chamar a atenção, inicialmente, para a questão do tráfico. Realmente é um problema sério. E eu acho que a questão do tráfico tem, de certa



forma, contribuído muito para que haja esses homicídios que têm como vítimas realmente muitas pessoas de cor parda e de cor negra.

Eu trouxe alguns números em relação a essa preocupação no combate ao crime de homicídio principalmente. Em 2009, nós tivemos a publicação de um decreto do Governo, o Decreto nº 33.917, que estabeleceu que 303 policiais civis, entre eles 37 delegados, 47 escrivães, 219 agentes de polícia, que foram nomeados no dia 19 de novembro de 2009, compusessem uma equipe, chamada de equipe de combate a homicídios ou equipe de combate ao CVLI — Crimes Violentos Letais Intencionais. Em Pernambuco, ela atua no combate ao crime de homicídio, no combate ao latrocínio e no combate à lesão corporal seguida de morte. Com as equipes formadas, nós tivemos um decréscimo substancial de vítimas entre negros, pardos e pobres. Eu queria mostrar aqui alguns números.

Em 2004, antes do PPV, nós tivemos 2.205 crimes, no caso, CVLI — como eu disse, crimes de homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. No ano de 2005, tivemos um aumento para 2.496 CVLI. Em 2007, ano em que começamos com o PPV, foram 2.591 casos. Em 2008, passou para 2.562 casos. E começamos a ver um decréscimo a partir de 2009, com 2.141 casos e, em 2010, quando começamos a ter o reflexo das ações dessas equipes de CVLI, contribuindo com esse esforço de segurança pública, foram 1.884 casos. E vimos verificando uma redução substancial desses crimes de homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte com uma ajuda muito forte das equipes de investigação de crimes de homicídio.

Em Pernambuco, pela Polícia Civil, nós temos o DHPP, nosso departamento que cuida das investigações na Capital, e temos as delegacias de homicídio que, na região metropolitana, compreendem, em todo o Estado, 25 delegacias especializadas no combate ao crime de homicídio. Na Capital, nós temos o DHPP, na Região Metropolitana de Recife, mais 10 delegacias, e, no interior, nós temos o restante das delegacias de homicídio, compondo um total de 25 delegacias especializadas.

Essa é uma contribuição muito grande que a Polícia Civil vem tendo de uma política de governo no Pacto Pela Vida com foco no combate ao crime de homicídio e tem ajudado de forma substancial no combate a esse tipo de crime.



Quando verificamos a questão dos menores — também acho que é um dado bem interessante a ser mencionado —, quando pegamos adolescentes na faixa de 13 a 17 anos, tivemos, em 2014, 316 CVLI de adolescentes. No ano de 2015, nesse mesmo período, até maio, nós tivemos 126 homicídios. Então há realmente um decréscimo das vítimas de crimes de homicídio e latrocínio. E a Polícia Civil tem contribuído, junto com a Polícia Militar, sob a coordenação do nosso Secretário de Defesa Social, para o combate a esse tipo de atividade criminosa.

Outro ponto com que eu acho que a Polícia Civil também tem contribuído bastante, além da atuação de suas delegacias de homicídio, é com a atividade de inteligência. A atividade de inteligência da Polícia Civil, também com o Pacto Pela Vida, teve uma atenção muito especial.

Em 2007, foi feito um decreto pelo qual se criou o SEINSP — Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública no Estado. Dentro desse Sistema de Inteligência, há composição de diversos órgãos de segurança, entre eles, Polícia Militar, Polícia Civil, Secretaria de Defesa Social, como órgão central, Corpo de Bombeiros, inteligência do sistema penitenciário, ou seja, várias agências trabalhando de forma coordenada, raciocinando de forma estratégica, dando suporte de inteligência para os órgãos de segurança.

Na Polícia Civil hoje nós temos — é um assunto reservado, mas eu acho que eu estou no local adequado para falar sobre o assunto — 219 policiais envolvidos na atividade de inteligência. Isso só na Polícia Civil. A inteligência está interligada e dando assessoria a todos os departamentos de polícia, como DHPP, DENARC, delegacias especializadas, como a DECAP — Delegacia de Crimes contra a Administração Pública e o Grupo de Operações Especiais, que cuida da parte de sequestro. Ou seja, quase todas as especializadas da Polícia Civil hoje contam com assessorias de inteligência. No interior do Estado, nós estamos aumentando nossa atuação. E, com o apoio do nosso Secretário, e da política de governo do PPV, estamos, cada vez mais, conseguindo a capilaridade e a inteligência também da Polícia Civil.

O resultado desse investimento em inteligência é um número substancial de operações que, em Pernambuco, chamamos de Operações de Repressão Qualificada. O que seria isso? Investigações que têm foco no crime organizado. A



grande diferença entre uma investigação de repressão qualificada e uma investigação tradicional é que a Polícia Civil, quando faz uma investigação tradicional, identifica a autoria de um delito, consegue obter todos os elementos de indícios e provas, conclui o inquérito policial e o remete só com o núcleo identificado da autoria daquele crime. Já quando ela tem a assessoria de inteligência, a pergunta que se faz, a assessoria que se faz é se existe uma quadrilha envolvida naquela atividade criminosa por trás daqueles principais autores do crime. Se a análise de inteligência informar que sim, então há um tratamento diferenciado em que existe, realmente, uma assessoria de inteligência, usando de várias ferramentas de inteligência para poder identificar não só os autores principais do crime, mas também toda a quadrilha.

Então, nós tivemos, de 2007 para cá, um total de 174 Operações de Repressão Qualificada, com foco no combate aos crimes de homicídio, tráfico de drogas e outras atividades criminosas. A Polícia Civil não tem dúvida nenhuma de que este tipo de ação com base na atividade de inteligência também tem contribuído, e muito, para a redução da atividade criminosa no Estado de Pernambuco. E a Polícia Civil também quer expandir, cada vez mais, a sua inteligência, porque sabe que pode dar um retorno de trabalho policial e um resultado de investigação muito mais apurado, muito mais qualificado.

Então, pela Polícia Civil, eu queria focar realmente na preocupação com a questão do tráfico de drogas. Nós temos uma especializada nesse sentido, e, cada vez mais, tem tido uma atenção especial por parte da política de segurança. E a atividade de inteligência também tem contribuído bastante para a redução da criminalidade por parte da Polícia Civil.

Esses são, pelo menos, os focos principais a que eu dar uma atenção, botar luz. E fico à disposição para qualquer dúvida que se tenha a respeito do trabalho da Polícia Civil, para que possa haver o devido esclarecimento.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Antônio Francisco Pereira Neto, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.



O SR. ANTÔNIO FRANCISCO PEREIRA NETO - Boa tarde a todos e a todas. Eu gostaria de saudar o Exmo. Sr. Deputado Reginaldo Lopes, em nome de quem saúdo todos os Parlamentares aqui presentes. Quero registrar a nossa satisfação em estar aqui para tratar de uma questão tão importante e de uma relevância fundamental não só para o nosso Estado, mas também para o País.

Quero dizer que hoje estamos Comandante da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, uma instituição que completa, no dia 11 de junho, 190 anos de serviços dedicados ao povo pernambucano. Temos hoje aproximadamente 20 mil homens envergando as fardas da nossa corporação, com 44 unidades e com o lançamento diário de aproximadamente 1.200 viaturas para realizar o policiamento.

Todos nós aqui presentes sabemos que a missão constitucional da Polícia Militar é o policiamento ostensivo preventivo, como está previsto na nossa Constituição. Não obstante a realização dessas tarefas ordinárias, rotineiras, na nossa vida, a Polícia Militar tem um foco muito específico no que diz respeito ao trato com as questões relacionadas aos direitos humanos. E, por conta disso, criamos a Diretoria de Articulação Social e Direitos Humanos, justamente para juntar todos aqueles projetos esparsos que nós fazíamos aqui e acolá, em diversas unidades, para que pudéssemos dar uma cara nova a tudo aquilo que nós fazemos, buscando contribuir para a melhoria da sociedade, especialmente, nos níveis de segurança.

A nossa atuação está fortemente voltada para o policiamento de proximidade, para o policiamento em contato com a comunidade e com intercâmbio de relações, para que possamos, dessa forma, compreender esse fenômeno social da violência e enfrentá-lo da melhor forma possível.

Essa parceria com a população fez com que alguns projetos fossem sedimentados na Polícia Militar de Pernambuco. Primeiramente, falarei do Projeto Polícia Amiga, que faz com que a polícia atue naquelas áreas onde haja necessidade de polícia com maior ênfase no combate à criminalidade, mas sem se despir da presença da população e da contribuição da população. Nossos policiais são treinados para escutar tudo aquilo que é demanda do povo, para que possamos dirigir a isso toda a nossa atuação.



Nessa direção, também temos, dentro dessa Diretoria de Articulação Social e Direitos Humanos, o projeto Crack, é possível vencer. A Polícia Militar, como falou o Delegado-Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, Sr. Antônio Barros, tem uma preocupação constante e permanente no que diz respeito a isso a que estamos assistindo diuturnamente, os nossos jovens sendo acolhidos pelos traficantes, que se utilizam deles, muitas vezes, para dar a eles renda, desde que pratiquem a venda da droga, fazendo a circulação do dinheiro. Esse nosso projeto está presente nas comunidades em que há muita dificuldade, onde verificamos que há também um consumo de drogas acentuado, para que possamos assim trazer os jovens e encaminhá-los para os diversos organismos que temos no Estado de Pernambuco, a fim de que possam ser atendidos.

Outra grande preocupação dessa Diretoria está espelhada na nossa patrulha escolar. Fazemos o atendimento a 160 escolas de forma permanente. Isso implica dizer que nesses 160 estabelecimentos de ensino, a Polícia Militar se faz presente diariamente e está ali justamente para colaborar, para inibir a presença de delinquentes, traficantes e atividades criminosas naquele local. Mas é importante que se diga que na Diretoria de Articulação Social e Direitos Humanos da nossa corporação existe um intercâmbio muito grande com outros estabelecimentos de ensino. Nós buscamos, através desses contatos com os diretores e coordenadores, a realização de palestras, no sentido de orientar os nossos jovens, para que eles não caiam na armadilha do *crack* e de outras drogas.

No ano de 2014, nós realizamos 29.402 atendimentos nesses estabelecimentos de ensino. É um número considerável e uma presença marcante. A cada dia nós observamos o clamor não só dos pais, mas principalmente dos diretores e coordenadores de escolas.

Acompanhamos, recentemente, com a presença do nosso Secretário de Defesa Social e do nosso Chefe de Polícia Civil, o Seminário Todos por Pernambuco. Estivemos presentes em 12 microrregiões do Estado, com a presença de todo o secretariado, para escutar tudo aquilo que a população falava, dizia e reclamava. Pudemos aprender e apreender muito com o clamor daquelas microrregiões. E ouvimos ali os elogios que foram retratados por diversas pessoas, no que diz respeito à atuação de mais um projeto da Polícia Militar de Pernambuco



nessa direção, o Programa Educacional de Resistência às Drogas — PROERD, que nós sabemos que outras corporações do Brasil utilizam e que faz com que também possamos estender o nosso manto de proteção para os nossos jovens.

A Polícia Militar de Pernambuco, através desse projeto, atendeu 162.451 crianças nas escolas das redes pública e privada, estaduais e municipais. Esse é um programa do qual nós temos orgulho, e sentimos muita satisfação ao escutarmos os diretores de escolas, as nossas professoras, falando da importância do projeto e do valor que isso representa para eles.

E a Polícia Militar também não descuidou das minorias. Nós criamos o GT Racismo para o combate ao racismo e à intolerância, quer seja ela religiosa, quer seja ela de cor, de gênero, de diversidade sexual, de etnia, e demos um foco também no que diz respeito à violência contra a mulher.

Nesse aspecto, temos, enquanto corporação, um excelente relacionamento com todos os organismos ligados a essas minorias, temos um canal aberto, temos um efetivo capacitado e fazemos essa interlocução quase que diariamente, porque entendemos também que nós, enquanto corporação responsável pela segurança pública, devemos também ter como missão precípua garantir o direito de todas as pessoas, independentemente de suas opções.

Hoje, nós podemos falar de um projeto vitorioso e de excelente alcance, principalmente no que diz respeito à criminalidade e à proteção da população. Nós temos a nossa patrulha do bairro, que também está sob a responsabilidade da Diretoria de Articulação Social. Os nossos policiais atendem também nas comunidades todas as demandas oriundas da população, das lideranças comunitárias, e isso faz com que o nosso tempo de resposta para as ocorrências e as necessidades seja muito mais efetivo, a fim de que a população possa se sentir mais segura.

Quero dizer aos Exmos. Srs. Deputados que nós não descuidamos, de forma alguma, dos nossos policiais militares, principalmente no que diz respeito a sua conduta enquanto profissionais. Gostaríamos de realçar a Corregedoria da Secretaria de Defesa Social, por meio da qual todos nós, do Comandante-Geral aos Comandantes de Unidades, temos a grande preocupação de que os nossos policiais militares pautem o exercício do seu trabalho dentro daquilo que prescreve a lei no



atendimento às ocorrências e, sobretudo, que eles possam respeitar as pessoas, independentemente de quem quer que sejam elas.

Nós temos essa preocupação. Entendemos que os desvios de conduta, aqui e acolá, ocorrem, mas a resposta que o Estado tem dado, principalmente pela Corregedoria, que é subordinada ao Secretário de Defesa Social, e pelo Comando da Corporação, está calcada principalmente do sentimento de justiça e de que nós não podemos compactuar com desvios de conduta de qualquer natureza.

Essas eram as palavras que eu tinha a dizer a todos os senhores. Novamente quero dizer da satisfação de estar aqui. Uma boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Antônio Francisco Pereira Neto, Comandante-Geral da Polícia Militar de Pernambuco.

Passo a palavra ao Sr. Alessandro Carvalho Liberato, Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Muito boa tarde a todas e a todos. Cumprimento os Exmos. Srs. Deputados Federais na pessoa do Presidente, Deputado Reginaldo Lopes.

Eu trouxe quatro informações rápidas. A primeira é um mapa comparativo da evolução dos homicídios entre os Estados do Nordeste e os Estados do Brasil, a segunda é uma estatística da Secretaria com relação a homicídios de jovens negros e pardos, que é a mesma sistemática utilizada no Mapa da Violência, e a terceira informação rápida é com relação à morte em confronto com a polícia no Estado e policiais mortos também, tanto em serviço quanto fora do serviço. E a quarta e última informação que eu trarei para nivelar os senhores e as senhoras é sobre como obter dados de homicídios de Pernambuco com um *delay* de 7 dias que, às vezes, cai para 3, 4 dias. Algo muito difícil hoje é conseguir informações em um intervalo de tempo que nos seja útil para tomar decisões e fazer correções. Então, ditos os passos que eu vou trilhar, eu também vou fazer um rápido histórico, que eu acho importante.

Pernambuco, em 1988, era o Estado mais violento do País, tinha a maior taxa de homicídios do País. Eduardo Campos, já falecido, quando assumiu o Governo do Estado, em 2007, disse: “*Essa responsabilidade é do Governador do Estado, porque as ações são conjuntas, devem ser integradas, não só no âmbito do Executivo, mas*



também entre os Poderes que fazem o sistema de persecução criminal". Isso desenhou o primeiro programa de segurança pública de Estado, e não de governo, que foi o Pacto Pela Vida.

Eu tenho uma apresentação que posso deixar com o Presidente também. Como o tempo é curto, não foi possível eu abordar isso de uma forma mais detalhada.

(Segue-se exibição de imagens.)

De maneira rápida, posso dizer que nós temos um modelo de governança em que a liderança é exercida pelo Governador do Estado, na área de segurança. Nós temos um modelo de gestão com indicadores, com metas que são monitoradas todas as semanas, na reunião do Comitê Gestor do Pacto Pela Vida. Convido qualquer um dos senhores e das senhoras que tenha interesse para a reunião, às quintas-feiras, na Secretaria de Planejamento e Gestão. Aquela foto do meio mostra a nossa reunião de todas as quintas-feiras, quando analisamos os indicadores de todas as 26 áreas integradas de segurança do Estado.

E temos a questão do conhecimento técnico. Nós temos reuniões nas Câmaras, antes da reunião do Comitê Gestor do Pacto Pela Vida. Nós temos as câmaras de segurança; de Articulação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública; de ressocialização; de prevenção às drogas; da mulher.

Aquilo que não for resolvido nas reuniões das Câmaras e precisar do apoio de outros órgãos do Poder Executivo, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, é levado à reunião do Comitê Gestor do Pacto, às quintas-feiras. Essa reunião não é presidida pelo Secretário de Segurança ou, como se chama em Pernambuco, Secretário de Defesa Social, mas, sim, pelo Secretário de Planejamento e Gestão. E o Governador do Estado participa, pelo menos, de uma reunião por mês. Para os senhores terem ideia da preocupação do Governador Paulo Câmara com a segurança, ele tomou posse no dia 1º, deu posse aos secretários no dia 2 e, no dia 3, um sábado, ele estava presidindo a primeira reunião do Comitê Gestor do Pacto Pela Vida.

Nossa taxa de homicídios em 2007 era 56 por 100 mil habitantes. Ela foi reduzida, até abril deste ano, para 39 por 100 mil habitantes, uma redução de 28,77%, de forma geral.



Os dados deste mapa aqui são outra coisa que eu desejo registrar. Nós temos um problema seriíssimo para comparar dados de segurança entre os Estados da Federação, porque cada Estado adota uma metodologia. Então, o Mapa da Violência, que sai com um *delay* de 2 anos — aqui a fonte é o Mapa da Violência de 2014, com dados de 2012 —, usa, por incrível que pareça, dados do sistema de informação de mortalidade do DATASUS.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública vem tentando implementar de forma concreta o SINESP, um sistema que as Secretarias alimentam, mas ele ainda não está sendo alimentado de forma confiável.

Um exemplo que eu dou: o que é considerado como crime violento letal intencional em Pernambuco? Pelo que eu sei, é a forma mais rígida de se computar, não o homicídio, mas o Crime Violento Letal Intencional. Qual é o conceito disso? São os homicídios dolosos, as lesões corporais seguidas de morte, os latrocínios e os autos de resistência em confrontos com a polícia. Então, não existe, em Pernambuco, a hipótese de, ao haver um confronto com a polícia, fazer-se um auto de resistência e colocar-se isso na gaveta. Todos os homicídios tem inquéritos instaurados e são computados. (*Palmas.*)

Obrigado. Há Estados ainda que computam, por causa de uma falha na descrição da forma de lançar a estatística, uma chacina com quatro ou cinco mortes como um homicídio só, quando são quatro ou cinco mortes.

Então, aquele quadro ali, de forma rápida, mostra a evolução entre 2000 e 2012. O que aconteceu? Pernambuco reduziu os homicídios em 31,3%, enquanto todos os Estados do Nordeste tiveram aumento. O menor aumento foi em Sergipe, com 79,4%; o maior, na Bahia, com 347,5%. Nas capitais, Recife teve redução de 46,7% no período. E nós temos ali a variação de cada uma das capitais. Aracaju teve o menor aumento, com 49,8%, e Salvador, o maior, com 370%. Aqueles balões que estão ali não são uma falha com o número abaixo, não, é porque eu estou considerando só o número da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco. Eu não tenho como comparar até 2014 com os outros Estados porque eu não tenho esses dados. Então, de 2000 a 2014, em Pernambuco, houve redução de 31,26% nos homicídios. E na Capital do Estado a redução foi de 68,6%.



Isso aí é uma página do Mapa da Violência de 2014. À esquerda, temos a variação de aumento ou redução percentual na taxa de homicídios; à direita, temos os anos 2011 e 2012, o último ano que nós temos.

Quem conseguiu reduzir homicídios no País entre 2002 e 2012? Só aqueles Estados do Mato Grosso para baixo: Mato Grosso, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Entre 2011 e 2012, quais são os Estados? Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

Agora, se vocês forem procurar Paraíba e Alagoas no período de 2002 a 2012 eles estão lá: Paraíba, com aumento de 180%, e Alagoas, com aumento de 88,7%.

Esse é um mapa do País entre 2007 e 2012. Por que o recorte em 2007? Foi quando começou a gestão de Eduardo Campos, que teve continuidade com o Governador Paulo Câmara. Que Estados reduziram o número de homicídios no País? Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, nenhum outro Estado. E quanto às capitais? Houve redução nas capitais de Rondônia, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo. O Nordeste todo, o Norte e o Centro-Oeste tiveram aumento de homicídios.

Vou andar rápido para obedecer ao tempo.

Abre, por favor, a estatística de homicídios de jovens negros e pardos. *(Pausa.)*

Foram feitos três recortes: um só de negros, e vemos que o número é muito baixo, porque quem classifica isso é um médico-legista ou é feito com base em um documento que a vítima tenha. Para o Mapa da Violência, negros são negros e pardos.

Eu mostrar os dados sobre pardos e negros. O recorte vem desde 2004, na série histórica, até 2015. De 2004 a 2014, nós temos uma redução de 18%. Se eu fizer o recorte de dezembro de 2006 a abril de 2007, essa redução é de 29,23%, com dados da Secretaria de Defesa Social. Se eu for usar os dados do Mapa da Violência, entre 2002 e 2012, essa redução é de 30,6%. Esses dados eu estou deixando lá no computador.

Confronto com a polícia. Como eu disse no início da minha fala, nós computamos também como Crime Violento, Letal e Intencional as mortes em confronto com a polícia. Eu não conheço outro Estado que faça isso. E foi uma



política de Estado para reduzir a letalidade do próprio Estado. Então, isso é computado.

O último número que eu tinha de São Paulo, dado da Secretaria de Segurança Pública de lá, dava conta que, entre janeiro e março deste ano — 3 meses —, 185 pessoas foram mortas em confrontos com a polícia. No ano passado, foram mais de 700. E temos essa letalidade em vários pontos. Não vou discutir o mérito, de forma alguma.

Os dados de Pernambuco: em 2013, foram 40 pessoas mortas em confrontos com a Polícia, tanto Civil como Militar. Em 2014, foram 25 — 15 vítimas a menos —, uma redução de 37,5%.

Este é o recorte de janeiro a abril de 2014 e 2015: foram 13, em 2014, e 17, em 2015, um aumento de 4 mortes ou 30,7%.

Vamos olhar agora os dados sobre os policiais mortos. A tabela está um pouco pequena, então deixem-me resumir o que aconteceu. Se eu somar todas as vítimas em confronto com as polícias em Pernambuco — em 2013, foram 40; em 2014, foram 25; e, em 2015, foram 17 —, totalizam 82 vítimas. Nesse mesmo período, morreram 80 policiais assassinados em Pernambuco, seja em serviço, seja fora de serviço — dois a menos. Esse dado vai ficar aí também.

Por último, uma informação para deixar para os senhores e as senhoras. O *site* da Secretaria de Defesa Social está ali: www.sds.pe.gov.br. Lá há uma coluna Estatísticas e, logo abaixo, Lista Vítimas CVLI, entre outras informações, mas eu quero destacar essa. Clicando ali, nós temos as abas desde 2007, ano a ano.

Clica, por favor, em 2015. Abrimos por mês. Vamos abrir maio. Eu tenho uma relação de todas as vítimas de homicídios que constam no banco de dados da Secretaria de Defesa Social para fins de estatística. A última data ali, salvo engano, é 28 de maio. Hoje é dia 2. Nós estamos com um *delay* de 5 dias nas informações.

Logo que o Pacto Pela Vida teve início, havia um *site* em Pernambuco formado por jornalistas que o montaram sob a seguinte alegação: *“As estatísticas do Governo não são confiáveis. Nós vamos abrir uma contagem paralela dos homicídios para mostrar que não são”*. Esse *site* teve vida de 1 ano e saiu do ar, porque os números da Secretaria eram sempre maiores do que os computados no *site*. Os números da Secretaria de Defesa Social são maiores do que os números



computados no Mapa da Violência. Os senhores podem fazer a comparação de nossas estatísticas. Então, uma coisa que nos deixa tranquilos é a transparência com que nós tratamos os números, os dados, as informações, sejam elas positivas, sejam elas negativas, de redução ou de aumento.

Depois de 7 anos de redução, nós tivemos um aumento de 9,5% na taxa em 2014, e estamos trabalhando para reverter isso. Mesmo com esse aumento do ano passado, a redução na taxa de homicídios no Estado de Pernambuco, desde dezembro de 2006, como eu já disse antes, é de 28,77%. Atribuo isso, principalmente, à integração que existe no Estado entre as polícias — Polícia Militar e Civil. O Estado é dividido em 26 áreas, como eu disse, e a atribuição territorial, a responsabilidade territorial, é comum entre Delegado Seccional e Comandante da Polícia Militar.

Nas reuniões de quinta-feira do Comitê Gestor do Pacto, nós costumamos chamar aquelas áreas que estão bem, para passar as boas práticas para as demais, e duas ou três áreas que estão com indicadores negativos, para que nós possamos fazer as correções.

E, ali, eu digo que a receita do sucesso é a integração. Sentam-se numa mesma mesa a Polícia Militar; a Polícia Civil; o Secretário de Planejamento e Gestão; o Secretário de Defesa Social; representantes do Poder Judiciário; o Desembargador Fausto Freitas, já aposentado; o Subprocurador-Geral de Justiça, Dr. Fernando Barros; a Dra. Mariana, assistente do Presidente do Tribunal de Justiça; o Secretário de Ressocialização; a Secretária da Mulher; e vários Secretários. Por quê? Porque o problema da segurança não pode ser visto simplesmente como um problema de polícia. Segurança é prevenção.

Pernambuco, em 2007, era o 21º Estado no índice de educação do País; hoje, é o 4º. Possui mais escolas de tempo integral e semi-integral do que Rio de Janeiro e São Paulo juntos. Isso é investir no futuro da educação.

Essas são as informações — meu tempo acabou — que eu queria prestar aos senhores e às senhoras para promover um nivelamento. Eu quero me colocar à disposição para responder às perguntas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Secretário.



Quero convidar para sentar-se à Mesa a Relatora da CPI, a Deputada Rosângela Gomes.

Vou conceder a palavra aos Deputados, pela ordem de inscrições. O primeiro inscrito é o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Só um minuto, Deputado. Como eles estão com horário para o voo, vamos tentar utilizar 5 minutos, no máximo. Eu peço a compreensão de todos os Deputados.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tudo bem. Vamos usar de 3 a 5 minutos, no máximo.

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, a quem, inclusive, eu peço desculpas pelo fato de a minha fala hoje não ser diretamente dirigida ao assunto que está sendo tratado. Mas, como o meu nome foi citado na reunião passada, à qual eu não pude estar presente, porque eu estava numa audiência com um Ministro, e os discursos, de forma orquestrada, inclusive por aqueles que sempre levantam a questão do fascismo e da baioneta, atacaram-me, fazendo sérias acusações, e eu não pude estar aqui para me defender...

Queria dizer, Sr. Presidente, que, nesta Casa, para a qual nós fomos eleitos e para cá viemos pela primeira vez, sempre respeitei o posicionamento de qualquer Deputado, embora eu não tenha que aceitá-los, no meu entendimento. Mas o pronunciamento eu sempre respeitei.

E o próprio art. 53 da Constituição Federal dispõe que os Deputados e Senadores são invioláveis civil e penalmente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Então, respeito e quero respeito às minhas opiniões quando eu as apresentar.

O Código de Ética, Sr. Presidente, no art. 3º, que dispõe sobre os deveres fundamentais do Deputado, estabelece, no inciso VIII, que o Deputado deve “prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização”. Ele é amplo e não diz respeito apenas a



questões de documentação, de declaração de Imposto de Renda, diz respeito também a prestar conta do que você faz e do que você fala. Então, o próprio Código de Ética me dá esse direito.

O art. 5º, no inciso V, quando nós tratamos aqui de decoro parlamentar e das punições, diz:

“Art. 5º.....

V - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou comissão hajam resolvido devam ficar secretos”.

É punível. Mas não me consta que nesta Comissão, desde o início, algum debate secreto tenha sido feito. Pelo contrário, todos foram públicos, com acesso permitido a qualquer Deputado.

O art. 5º, inciso VI, diz que revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado de que tenha tido conhecimento na forma regimental também é ato punível.

Aqui nenhum dos documentos ou falas, que também são documentos, foi de caráter sigiloso. Então, não quebrei nenhum dos protocolos regimentais que me sujeitariam a punição com relação a esta Comissão ou a esta Mesa.

E digo isso, Sr. Presidente, apenas para alertá-lo de que a CPI tem objeto próprio, que é a apuração das mortes de jovens neste País — eu retiro a expressão “negros e pobres”, porque eu costumo dizer que quem morre são os jovens neste País. Volto a repetir as minhas três posições: desagregação familiar, falta de políticas públicas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - V.Exa. tem mais 2 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - ...e, principalmente, envolvimento com as drogas e com o crime.

Portanto, em qualquer posicionamento de contraposição entre Deputados nesta Comissão, Sr. Presidente, cabe ao Deputado que se sentiu ofendido procurar a Mesa, o Presidente da Casa para fazer a representação devida ao Conselho de Ética para que o fato seja apurado. Qualquer outro posicionamento desta Casa não



pode ser para onde quer que seja, mas apenas para esses dois setores ou deve haver uma determinação judicial. Quero apenas alertá-lo.

Com relação ao vídeo, Sr. Presidente — o senhor me deu mais 2 minutos —, eu quero lhe dizer que os dois pontos que constam do vídeo são: legalização de drogas, com o que eu não concordo, porque eu acho que destrói as famílias, e atividade legal para os jovens, uma profissão, para diminuir a violência, com o que eu também não concordo, porque, no meu entendimento, que eu quero que respeitem, destrói as famílias e destrói a juventude.

Quero, com isso, dizer a todo o Brasil que o vídeo não sofreu, em nenhum momento, adulteração nenhuma, que nas falas restantes, no início do vídeo, não houve nenhuma contraposição feita por mim.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que eu também tomo providências, e as estou tomando no local certo, que é na Presidência, porque foi dito por meu opositor, no debate, que *“o Brasil é um país com 2 milhões de habitantes, que elege 513 Deputados. As pessoas botam pessoas de todo o tipo aqui, não é? As pessoas botam, inclusive, gente estúpida, incapaz de pensar profundamente sobre algumas questões”*.

Acredito que a ofensa, feita por quem chamou de estúpido, não coube só a mim, mas ao povo brasileiro, porque é ele que nos coloca aqui, inclusive meu opositor. E quero dizer que a pecha de estupidez talvez nem caiba a mim, porque o Brasil não tem 2 milhões de habitantes, só de eleitores são mais de 140 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - E quero dizer, Sr. Presidente, que eu pelo menos vim da realidade. Eu vim das ruas, vim da família, não vim de *reality show*.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá. Essa matéria está vencida.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Estou fora dessa parada, Sr. Presidente. Já vou partir para o debate.



Estamos vendo agora o outro lado da moeda, porque até agora, Sr. Presidente, as ONGs, etc., que estão vindo aqui mostraram outra realidade. Chegaram, na CPI, a concluir que já estamos exterminando os negros e os jovens no País. Na realidade há, sim, uma mortalidade muito alta de jovens, principalmente na faixa etária de 15 a 29 anos. E entre esses estão os negros. Mas, pelo que podemos ver do que o Secretário nos disse, o maior número de negros está na Bahia e em Pernambuco, onde há uma área de serviços para a qual foram muitas pessoas da Bahia e depois ficaram desempregados. Houve um aumentozinho aí. É isso mesmo, Comandante-Geral, o senhor que conhece o policiamento preventivo?

Então, os maiores motivadores, pelo que foi exposto aqui, pelo que entendi, são o tráfico e o uso de drogas. Pelo que entendi, embora tenha sido contestado, são o tráfico e o uso de drogas, e a guerra feita por eles. E, como se computaram latrocínio e lesão corporal seguida de morte, etc., está nesse meio.

Se eu fosse precipitado, Sr. Presidente, e não fosse aguardar as outras audiências, eu já poderia concluir que não existe genocídio de negros e jovens no nosso País. Mas eu não vou concluir ainda, Sr. Presidente, porque é muito cedo, muitas audiências e muitas diligências ainda serão realizadas.

Sr. Presidente, é passo a passo, é dia a dia, são passos curtos e firmes para se chegar ao objetivo, que é a nossa conclusão sobre a mortalidade de jovens e negros.

Sr. Presidente, pelo que pude perceber, ao passo em que V.Exa. está caminhando junto com a Relatora, pelo que estou notando, pelo que estou percebendo — não sei se estou correto —, a unificação das Polícias é uma arma fundamental para que essa violência diminua no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira.

O Próximo inscrito é o Deputado Eduardo Bolsonaro.

Está presente? (*Pausa.*)

Então o próximo é o Deputado Bacelar, que está com a palavra.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Quero parabenizar pelas exposições os nossos quatro convidados e parabenizar o Estado de Pernambuco pelos resultados,



que são visíveis. Pernambuco ostentava os maiores índices de violência do Brasil. Nos últimos 7 anos houve uma queda nesse índice. Há o perigo de retorno desse índice, apesar da possibilidade de haver alguma distorção nas estatísticas. Mas está de parabéns a autoridade responsável pela condução da política de segurança no Estado.

Sr. Secretário, mesmo com a redução da criminalidade, Pernambuco ainda é o terceiro Estado com mais alta vulnerabilidade de jovens negros. Numa escala de zero a um, Pernambuco está com quase com 0,6, só perdendo para Paraíba e Alagoas.

Em Pernambuco o risco de um jovem negro morrer é 11,5 vezes maior do que de um jovem branco — essa é uma tendência nacional. Mesmo o Brasil ostentando índices de violência altíssimos, que assustam o mundo, esses índices, em determinadas regiões do País, como no Sul do Brasil, começam a cair. O que mantêm esses índices altos são os Estados do Nordeste, agora com a louvável exceção do Estado de Pernambuco, e a matança de jovens negros. Em São Paulo, 61% das vítimas de mortes cometidas por policiais eram negros; desses, 97% eram homens, e 77% tinham de 15 a 29 anos de idade.

Aí pergunto: qual é a política específica que o Estado de Pernambuco tem desenvolvido em relação à juventude negra e ao racismo institucional?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Quero, mais uma vez, parabenizar os expositores por suas exposições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Próximo inscrito é o Deputado Subtenente Gonzaga, que tem a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores expositores, palestrantes, debatedores, quero agradecer, porque não sou da Comissão e vim participar hoje da audiência pública.

Mas vou pegar a última falta do Deputado Bacelar, sobre racismo institucionalizado.



Sou policial militar. Acho que o nosso grande desafio, que coloco para o Comandante-Geral de Pernambuco, é trazer para este debate as doutrinas que são ensinadas nas nossas academias.

Eu tenho 34 anos de Polícia Militar e posso dizer que, do ponto de vista da doutrina, não há essa formação com nenhum viés que permita falar em racismo institucionalizado. Nós estamos vivendo dos números apresentados pelas estatísticas, e contra eles não temos argumentos. Só que nós não temos os números das investigações, por conta de um sistema brasileiro, que registra no País um dos piores índices de elucidação de crimes.

Então, nós vamos viver apenas com a estatística, como dito, do DATASUS — o SINESP ainda não entrou em funcionamento na prática —, que não registra as motivações. No banco de dados do DATASUS não tem investigação de por que houve o assassinato; tem a cor, tem a idade, mas não tem a motivação. E aí nós não podemos deixar de apontar a ineficácia do nosso sistema de persecução criminal, que, não fazendo apuração, não encontra razões e não encontra causas.

Portanto, não há como combater, a partir das causas, esse índice de homicídios que nós temos.

Do ponto de vista ainda dessa questão do racismo institucionalizado — é senso comum —, a responsabilidade recai sobre a Polícia Militar, na medida em que ela é que está nas ruas e, pela natureza da sua função, pela responsabilidade, ela é que vai para o confronto.

Nós precisamos aprofundar os estudos sob a perspectiva de como, de fato, está havendo esse lançamento do policiamento, como está havendo esse enfrentamento, ainda que as maiores vítimas dos confrontos com a polícia sejam os negros — não vou discutir as estatísticas. O que está acontecendo? A polícia está indo “caçar” em algum lugar, em algum reduto? Ou a violência diária está reproduzindo essa estatística de acordo com o resultado, ou o resultado final é a tradução de onde e como a violência está se dando? Acho que precisamos nos aprofundar nisso. E vou insistir que não existem elementos culturais. O que nós temos, de fato, é um poder violento, o Estado é violento sob todas as formas.

Nós fizemos pesquisa nesse sentido, em Minas Gerais, na tentativa de identificar, do ponto de vista dos atores, os maiores geradores de violência. As



Polícias ficaram quase em último lugar. Primeiro veio o Estado enquanto poder; veio a imprensa; vieram os empresários. A Polícia, tanto a Civil quanto a Militar, ficou entre os fatores geradores de violência — uma estatística que nós temos do início da década.

E há outro aspecto que eu queria reforçar aqui em relação ao que se disse do auto de resistência. Vou registrar a realidade de Minas Gerais. Em Minas Gerais — está aqui o nosso Presidente, que hoje é responsável pelo Governo de Minas, pela composição e pela execução do Governo, Deputado Reginaldo Lopes, que vai poder vivenciar isso mais de perto agora —, em praticamente 100% dos episódios que resultam em morte na atuação policial, os policiais militares estão presos. A Polícia Civil não tem o mesmo procedimento.

Aliás, o Deputado Delegado Edson Moreira sabe muito bem, isso se reproduz em Minas. É uma disputa para saber quem é que prende. O policial civil nem sempre é preso, mas para os policiais militares há uma disputa, porque o delegado também quer prendê-lo.

Então, em Minas Gerais são presos 100%. O auto de resistência em Minas Gerais nunca foi instrumento, pelo menos no meu tempo de policial militar, desde 1982, nunca foi instrumento para arquivar compulsoriamente os inquéritos.

E, por fim, nós estamos levantando — o Coronel Ronaldo está aqui nos ajudando — e vamos trazer para a Comissão, a título de informação, os nossos números de letalidade resultantes de ação policial, identificando também essa questão de idade e cor, para que seja mais um elemento da análise desta Comissão.

Mas é claro que temos de aprofundar o debate e temos de encontrar as causas. Mas para mim a investigação que não acontece, que está abaixo de 8% no Brasil, para um índice internacional de acima de 80%, é um dos grandes fatores geradores de dificuldade para apontarmos as causas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, senhores expositores, nobres Deputados, quero registrar a minha satisfação de poder estar presente e,



desta feita, ter aqui os ilustres representantes do meu Estado de Pernambuco, Dr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social, o Comandante-Geral da Polícia, Coronel Pereira, o Chefe da Polícia Civil, Dr. Antônio Francisco Pereira, e a Defensoria Pública, na pessoa do Dr. Jerônimo. Para nós é uma honra recebê-los aqui.

A princípio, quando se fala de CPI, a ideia já é um pouco negativa, e isso é algo que nos preocupa. Mas quando se tratou de vir aqui a representação de Pernambuco para falar dessas estatísticas eu me senti muito tranquilo, até porque acompanhamos de perto — eu poderia até utilizar uma palavra um pouco pesada — a classificação que Pernambuco outrora tinha no quesito violência. Mas depois de uma ação comprovada de gestão e de investimento — os dois têm de estar acoplados —, ainda com o saudoso Governador Eduardo Campos, Pernambuco começou a dar a volta por cima. Não temos números fabricados, Pernambuco não esconde a realidade. Salvo melhor juízo, desconheço se, em outros Estados, até as mortes que acontecem em confronto com a polícia estão nas estatísticas — em Pernambuco, sim. Essa é a realidade.

Por outro lado, com relação à questão dos jovens negros e pobres, preocupam-nos alguns comentários que às vezes nós escutamos que dão a entender que se está matando jovens pobres e negros só por causa da cor e da pobreza. Na verdade, entendemos que existe muita delinquência, mas não só de pretos e pobres, há brancos também na delinquência. Claro que nós não estamos vivendo um racismo institucionalizado, de forma alguma. Pernambuco tem provado isso.

Agora, é bem verdade que, olhando para Pernambuco, nós temos de entender que a população é bem mesclada, nós não temos só brancos ali. No sul do Estado a coisa é diferente. Então, entendemos que as mortes estão acontecendo, mas ninguém está matando jovens negros e pobres só por matar, não. Os homicídios acontecem como em qualquer outro lugar. Agora, quando se diz que é porque é pobre ou preto, nós discordamos um pouco. A realidade hoje é outra. Há alguns anos, décadas, eu diria, talvez fosse um pouco diferente. Mas hoje a educação mudou, a formação mudou.



Afinal de contas, briga-se tanto por direitos igualitários e temos hoje isso acontecendo no Brasil. Hoje o índice tem crescido e a causa maior são as drogas. Está provado. Nos boletins de ocorrência nas delegacias vemos homicídios, mas quase não se diz o motivo. Quando nós vamos aos presídios e conversamos com aqueles que não morreram e que estão presos e perguntamos por que roubaram, para que roubaram, sempre há o envolvimento com as drogas.

Na verdade, a desgraça do Brasil são as drogas, o que lamento, Sr. Presidente. E aí vejo aqui o Comandante da nossa Polícia Militar, vejo o Secretário de Defesa Social do Estado, que diuturnamente estão quebrando a cabeça para enfrentar essa desgraça em nosso Estado e tentar diminuir o índice de mortalidade.

Lamentavelmente, o que temos que engolir aqui no Congresso Nacional são Deputados que aqui chegam e, em nome do povo, vêm defender a miséria, a desgraça das drogas, chegando a dizer que a legalização das drogas vai resolver o problema. Pelo amor de Deus! O nome já está dizendo: droga!

Lamentavelmente, nós temos de ex-Presidente da República a Parlamentares — infelizmente, muitos — que vêm a esta e a outras Comissões da Casa defender o uso de drogas. Isso é o cúmulo do absurdo! Eu fiquei espantado com a afirmação, que aqui ouvi, de que tal medida vai diminuir o tráfico e garantir emprego para essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, Deputado. V.Exa. tem mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Por favor, eu quero ser solidário, mas as agressões que aqui nós sofremos... Já vou concluir, Sr. Presidente. Agradeço por este 1 minuto.

Quero dizer que eu não faço parte dessa qualificação, dessa denominação de pessoa estúpida. Eu acho que a estupidez está naqueles que nos agredem e que, às vezes, talvez até por serem usuários dessas porcarias, querem defender a desgraça da sociedade e trazer mais problemas, mais mortes para a sociedade, às vezes, acobertados sob a bandeira da defesa. Na verdade não é defesa, mas só proteção para quem, com certeza, está querendo mais e mais desgraça para o Brasil.

Parabéns aos nossos representantes de Pernambuco! Esperamos poder mostrar para o Brasil que Pernambuco está fazendo a diferença.



Muito obrigado. Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o próximo inscrito, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, em primeiro lugar, quero dizer que conheço a realidade de Pernambuco, porque sou da Paraíba, Estado vizinho. Quando Eduardo Campos foi eleito Governador e ainda era Deputado Federal, eu cheguei e disse para ele: "*Governador, eu queria que o senhor enfrentasse a questão do extermínio.*" E ele disse: "*Vou fazer isso.*" E fez, porque assumiu o comando, a política de segurança pública e de defesa social. O Secretário de Segurança é o coordenador dessa política de Estado. As outras forças ajudam na operação para assegurar tranquilidade à população.

Eu li que houve diminuição nos crimes contra a vida. Mas houve um ano em que aumentou a violência contra a mulher. Eu não tive mais acesso a esses dados, não sei se, no caso, referiam-se à redução do número de mortes de mulheres em razão da violência. Eu queria ver o que de fato ocorreu.

O fato é que, quando ocorre um crime contra o patrimônio, por exemplo, furto de veículo automotor, logo a informação está no INFOSEG. É preciso ter um banco de dados de crimes contra a vida. A vida é o bem mais importante. Pernambuco está fazendo isso agora num sistema de inteligência. Esse é um aspecto importante, porque o serviço de inteligência ajuda a prevenir crimes. E aí se gasta muito menos com a repressão. E a inteligência tem o aspecto educativo de ajudar as pessoas a perceber que elas também são responsáveis pela violência e podem colaborar para diminuir a violência e os homicídios.

O Secretário Alessandro Carvalho disse que todos os autos de resistência são investigados para saber da sua procedência ou não. Eu queria saber qual é o índice de policiais mortos em serviço e de policiais mortos fora de serviço.

Acho também importante destacar que no Pacto pela Vida, Secretário, a primeira ação que o Governo do Estado pediu ao Secretário de Segurança e Defesa Social foi a realização de uma operação-limpeza, chamada por muitos de Operação Detefon, para tirar da gestão pública e da Polícia pessoas que de qualquer modo estivessem envolvidas com a atividade criminosa.



Acho que foi importante para dar o exemplo, combater internamente o crime para poder fazer o combate na sociedade.

Quando nós estivemos na CPI do Extermínio, o Ministério Público de Pernambuco nos trouxe um dado que revelava 13 regiões onde havia... Eu pergunto: essas regiões foram modificadas? Por meio de que ações? Eram homicídios, execuções sumárias, extermínio.

Eles apresentaram 13 regiões no Estado de Pernambuco, com predomínio na Região Metropolitana, outras próximas a Caruaru, outras na divisa com a Paraíba. Eu pergunto: ainda há incidência de assassinatos na divisa de Pernambuco com a Paraíba, Ceará, Bahia e Alagoas? Qual é a incidência nessa região?

O consumismo em nossa sociedade cresce cada vez mais. É o que justifica, por exemplo, o roubo de tênis por adolescentes e jovens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, nesse aspecto, eu queria, para concluir, Sr. Presidente, perguntar sobre essa ação articulada e parabenizá-los por tal ação. Em alguns lugares aonde vamos percebemos que o Comandante, de forma arrogante, se acha dono da vida. Não, aqui é uma ação conjunta, articulada. E é por isso que dá certo, porque há um comando único. Quando o comando é múltiplo, as coisas desandam.

Então, quero parabenizar Pernambuco por essa ação. Eu já conversei com o Governador Ricardo Coutinho, que é do PSB. Ele também está no Pacto pela Vida, mas ainda há uma diferença: não há comando único na defesa social e na segurança pública, o que é fundamental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Concedo a palavra ao Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, autoridades convidadas, Deputados e servidores desta Casa, em primeiro lugar, quero externar a minha solidariedade ao tido como estúpido Deputado Delegado Éder Mauro. Como tantos outros estúpidos, nós temos o Coronel Pereira Neto, Comandante-Geral da



Polícia Militar de Pernambuco, e o Dr. Antônio Barros, Delegado-Geral. Devem ser estúpidos também, porque dedicaram a vida às carreiras, passaram toda a vida defendendo a sociedade.

V.Sas. hoje estão à frente das polícias exatamente porque coroaram as carreiras com responsabilidade. E aqui vieram pessoas que abandonaram a estupidez de defender a sociedade — tomar tiro, dar tiro —, para aqui ser tachadas de estúpidas. Deputado Delegado Éder Mauro, 270 mil pessoas o reconheceram no Pará. Seja feliz entre os estúpidos, porque há aqui muitos estúpidos querendo defender a sociedade.

Eu gostaria de dizer aos senhores que hoje eu vejo a CPI avançar. Por quê? Porque traz a esta Comissão os nossos profissionais. Estão aqui o Secretário e o Ouvidor. Gostaria que, nas suas considerações finais, nos ajudassem a entender por que estão matando os jovens pobres e negros no Brasil.

Foi mencionado aqui um fenômeno de gestão em Pernambuco. E o Deputado Bacelar, em contradita, disse que Pernambuco, proporcionalmente, é o terceiro lugar em morte de jovens negros. Mesmo com esse avanço, ainda é tido como objeto de preocupação.

Eu ouvi aqui, lamentavelmente, dizerem que foram mortas 82 pessoas e 82 policiais. Eu ouvi até a manifestação de um sentimento: *“Opa, aí está equilibrado!”* Isso não é jogo de basquete, não. Significa que policiais estão sendo caçados e mortos em Pernambuco. E os senhores, que são chefes de polícia, devem estar chorando as lágrimas das famílias de defensores da sociedade, ao enterrá-los todos os dias.

Mas eu gostaria que nas considerações finais os senhores pudessem discorrer sobre isso, porque fica bem claro... Como foi dito aqui pelo Secretário, lá o auto de resistência se torna inquérito. Em São Paulo não tem percentual, como disse o Gonzaga referindo-se a Minas Gerais. Lá, em 100% dos casos, o auto de resistência é a capa do inquérito. Mente ao mundo quem diz que vai acabar com o auto de resistência e, com isso, terminar com a letalidade da Polícia. A Polícia mata. Eu gostaria que os senhores nos dessem o seu posicionamento também sobre isso, porque o próprio Partido dos Trabalhadores está fazendo um Congresso, neste fim



de semana, na Bahia, e lá está dizendo que quem mata preto e pobre na periferia é a Polícia. Isso já está concluído.

Nós estamos vendo que a Polícia está cumprindo sua missão em Pernambuco, Estado que apresenta condições agudas. Em cada lugar que nós visitarmos, vamos constatar uma situação. E vejo com muita propriedade as autoridades falarem da sua preocupação com isso. Estamos indo por um caminho no qual é normal se dizer: *“Nós temos esse fenômeno, sim, de preconceito em nosso País; nós temos execução de jovens negros.”* Mas daí a se tentar atribuir à letalidade ou ao preconceito da Polícia a principal causa...

Meu Comandante, gostaria também que V.Sa. discorresse sobre a formação dos policiais militares, porque tem gente que olha para um soldado da Polícia Militar, da sua Polícia, na esquina, com 25 anos de idade, defendendo a população, ajudando na travessia de escolares, olha para o soldado e enxerga o Castelo Branco. E quer se vingar do soldado porque não pode se vingar do Castelo Branco.

Então, se V.Sa. puder, peço que em sua exposição final nos mostre, do alto de sua experiência, como é o currículo de formação na Polícia Militar de Pernambuco e nas outras Polícias com as quais V.Sa. interage o tempo todo pelo Conselho Nacional dos Comandantes Gerais. Peço também que nos diga se existe ou se já existiu alguma manifestação institucional de preconceito em relação a gênero, cor ou opção sexual na formação das Polícias.

Ao nosso Delegado-Geral, da mesma forma, peço que discorra sobre a formação dos policiais civis, porque este é um dos objetivos principais desta CPI.

Eu fico ouvindo o tempo todo que a Polícia é a maior responsável pela morte de negros pobres na periferia. A história de vida, a manifestação dos senhores, as estatísticas estão dizendo o contrário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Major Olimpio.

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado, Sr. Presidente; obrigado aos senhores pela presença e pelas exposições. Esta CPI foi constituída para apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e



desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil. Esse é o objetivo da CPI, esse é um pleito antigo do Movimento Negro. Desde os anos 1980 o Movimento Negro reclama por uma CPI para investigar isso, que já é tomado como um dado.

Nós ouvimos aqui, em diversas audiências públicas — curiosamente não tão concorridas quanto esta —, especialistas, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos dedicados a pesquisas durante anos que investigam as mortes, os homicídios ocorridos no Brasil. Esses mapas apresentados aqui com rigor científico, com muito cuidado, mostram que é inegável que, de fato, do total de homicídios praticados no Brasil, a maior porcentagem é de pessoas negras e de pessoas pobres; assim também o perfil das pessoas encarceradas. Nós ouvimos isso aqui de pessoas dedicadas; cientistas sérios e dedicados nos trouxeram esses dados.

Nós ouvimos também familiares de vítimas, de pessoas que eram inocentes, não necessariamente ligadas a atividades criminosas, que morreram por causa de ações. E a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA condenou o Brasil por causa das execuções extrajudiciais. Ou seja, a OEA reconhece que no Brasil há pena de morte no vácuo da legalidade, aplicada sobretudo contra pessoas pobres e, especialmente, pessoas negras. Esse fato é incontestado, não vamos discutir isso aqui porque foram pessoas sérias que nos trouxeram esses dados.

E essas pessoas também nos trouxeram a notícia de que boa parte dessas mortes está ligada à ação das Polícias nesses espaços, constituídos não por acaso, porque o mundo não está dado, o mundo é produto de uma história. E essas pessoas trouxeram a relação desse mundo excludente de pessoas alijadas de direitos básicos, de cidadania básica, e ligaram essa situação à escravidão, ao processo como se deu a abolição da escravidão no Brasil, à falta de uma política de inserção da população negra, ao seu banimento para as periferias do País, onde essa população passou a reproduzir a pobreza.

Essas pessoas também trouxeram para cá as relações da atuação das Polícias, sobretudo, a Polícia Militar, com as práticas de tortura e outras violências e violações ocorridas durante o período da ditadura militar. Todas elas nos trouxeram isso. Todas disseram que o mundo não está dado, e esse mundo, portanto, é produto dessas transformações.



Bom, todas também foram unânimes em dizer que, sim, o tráfico de drogas se estabeleceu nesses lugares não por acaso. É muito mais fácil recrutar um garoto pobre, negro, que bebeu água podre a vida inteira, que não teve uma escola decente, filho de uma família desestruturada, porque o pai está preso ou porque o pai e a mãe têm que sair para trabalhar e ele fica em casa.

Por uma série de razões, essa população vulnerável está muito mais sujeita ao aliciamento do tráfico de drogas, que não se expressa só na venda do varejo, mas se expressa também no atacado, por exemplo, nos helicópteros ligados a Parlamentares que transportam meia tonelada de pasta de cocaína.

O tráfico de drogas não se dá só no varejo praticado pelo pequeno traficante, pelo vapor barato. O tráfico de droga tem conexões muito mais amplas. O tráfico de drogas tem conexão, inclusive, com quem defende a proibição das drogas. Há pessoas que publicamente defendem a opinião das drogas, mas são bancadas, sustentadas pelos traficantes.

Tudo isso foi trazido para nós nesta CPI. E ficou claro que a guerra às drogas... O Estado entende que o consumo de drogas ou tráfico de drogas ilícitas... Precisamos lembrar que existem drogas lícitas e drogas ilícitas. Apesar da palavra “droga”. Aliás, deveríamos fechar as drogarias, porque são chamadas de drogarias exatamente porque vendem drogas — lícitas.

A maioria desses Deputados aqui, desses Parlamentares consome drogas lícitas, altamente letais à saúde pública, à saúde individual e à saúde coletiva, como o álcool e o tabaco, por exemplo, que são drogas lícitas, regulamentadas e legalizadas.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos garantir a fala do Deputado. Está com a palavra o Deputado Jean Wyllys, a quem vou conceder mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado, Sr. Presidente. Então, aqui boa parte dos Deputados desta Casa, dos Parlamentares consome drogas lícitas, como o tabaco e o álcool, por exemplo, que são drogas regulamentadas, mas são drogas. As drogas são lícitas e ilícitas.



Essa guerra às drogas ilícitas não se abate de maneira igualitária no território. Ela não age na zona sul, não age nos bairros nobres da mesma maneira que age nos bairros pobres, nem trata as pessoas da mesma forma. Os filhos da classe média não são tratados assim porque têm acesso à Justiça, porque têm acesso a advogado, e a Justiça não está bem distribuída. Há Municípios que não têm Defensoria Pública, por exemplo. Quer dizer, eles são tratados de maneira diferente pela Justiça, e isso traça muito bem o perfil da nossa população carcerária.

A pergunta que eu lhes faço, principalmente ao Secretário, é: na hora de conceber a política de segurança pública, levam-se em conta todas essas questões e variantes? Quer dizer, a política de segurança pública é pensada na afirmação da dignidade humana das pessoas ou tão somente na defesa do patrimônio e da propriedade privada?

A segunda questão é: em que medida os direitos humanos — entendidos como direitos inatos a toda pessoa humana, toda pessoa humana, e que compreendem direitos políticos, econômicos e sociais, ambientais, culturais, sexuais e reprodutivos de toda pessoa humana, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia, cor da pele, procedência, idade, enfim — entram na formação dos agentes da segurança pública?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para concluir, Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Já vou concluir, Sr. Presidente.

Essa é a uma pergunta importante. E a terceira e última pergunta: o mundo está mergulhado num debate sério acerca de uma nova política em relação às drogas. Os principais presidentes do mundo, de países que empreenderam a guerra às drogas, como o Presidente do México, o Presidente da Colômbia, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Secretário-Geral da ONU — Organização das Nações Unidas na época, Kofi Annan, se reuniram num grupo de notáveis para dizer ao mundo que a guerra às drogas faliu, é uma política falida. Ela não reduziu o consumo, não conteve o tráfico de drogas. E essas pessoas propuseram então uma nova política de drogas que passe pela legalização e regulamentação de drogas hoje ilícitas como drogas lícitas — o tabaco e o álcool — são regulamentadas. Pergunto aos senhores: em que medida esse debate que já está ocorrendo no



mundo — o nosso vizinho Uruguai acabou de legalizar, por exemplo, e a Califórnia também —, em que medida essa política é discutida no âmbito da Secretaria quando se pensa em traçar políticas públicas de segurança? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Deputado Jean Wyllys.

Com a palavra o próximo orador, Deputado Dr. Jorge Silva.

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V.Exa., todos os Deputados presentes, toda a equipe da Força de Segurança do Estado de Pernambuco e o Defensor Público.

Antes de entrar realmente no tema, Sr. Presidente, gostaria de agradecer à CPI pela visita que fez ontem ao Espírito Santo, com a presença do Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, da Relatora, Deputada Rosângela Gomes, do Deputado Delegado Edson Moreira, do Deputado Luiz Couto, da Paraíba — também nós, do Estado do Espírito Santo, lá estivemos presentes.

Fizemos uma bela reunião, na qual tivemos a oportunidade de ouvir representantes do Governo do Estado, representantes da sociedade civil organizada e pudemos contribuir para que esta CPI possa fazer um belo relatório, que venha a contribuir para o Estado brasileiro.

Sr. Presidente, a pesquisa intitulada *Estudo Global sobre Homicídios 2013*, feita pelo UNODC, órgão da ONU, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, diz que, de 437 mil pessoas mortas no ano de 2012, mais da metade tinha menos de 30 anos de idade.

Outro elemento importante que nos revela essa pesquisa é que nosso País ocupa uma posição de destaque entre os países mais violentos do mundo, sendo que, das 30 cidades mais violentas, 11 estão no Brasil, e Maceió ocupa a quinta posição.

Vimos ontem que o Espírito Santo também é um Estado com alto número de homicídios e que com as políticas implantadas houve decréscimo no número de homicídios. Mas o número de homicídios ainda existente, extremamente alto, não é aceitável. É um número superior ao de uma guerra civil. Temos um *Boeing* de homicídios por dia no País. Mesmo com todos os avanços, acho que não podemos aceitar isso. Estamos muito aquém de uma realidade aceitável.



A mesma pesquisa mostra que a taxa média global é de 6,2 homicídios por 100 mil habitantes. Na Europa, a taxa é de cinco homicídios por 100 mil habitantes. No Brasil temos uma média em torno de 30 homicídios por 100 mil habitantes. Mesmo com todos os avanços, temos de estar cientes de que estamos longe dos números aceitáveis para uma população em pleno ano de 2015.

Quanto aos números do DATASUS, também acho que não deixam dúvidas: 53% dos homicídios que ocorrem no Brasil são de jovens; 71,44% são de negros e 93,06% são de pessoas do sexo masculino. Esses são os números do DATASUS.

Gostaria de, encerrando, fazer uma pergunta ao Comandante da Polícia Militar. Eu gosto muito do programa PROERD como prevenção. Aonde eu ando, onde eu tive oportunidade de participar da formatura do PROERD, pode-se ver a integração das crianças com a Polícia Militar. É algo em que nós temos que acreditar que é uma ação preventiva das futuras gerações.

Há uma coisa que me preocupa — eu não sei se o senhor tem essa experiência —, eu já procurei e não achei algum estudo no âmbito do Brasil que mostre as escolas que tiveram PROERD e que tiveram tal número de pessoas que se envolveram em homicídio e as escolas que não tiveram PROERD que tiveram tais números de homicídio, para a gente realmente ter certeza se esse investimento está sendo propositivo. Já foi pedido, mas eu gostaria que fosse abordada também a parte pedagógica da formação dos policiais, que eu acho que é alguma coisa importante em que nós sempre temos de estar batendo, para que cada vez mais possa melhorar a formação desses policiais para que tenha realmente uma condição de atendimento à população cada vez melhor.

Então, essas eram as nossas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Dr. Jorge Silva. Quero agradecer, em nome da CPI, pela sua organização na ida da CPI ao Estado do Espírito Santo, tanto V.Exa. como o Deputado Evair de Melo. Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Quero parabenizar a iniciativa deste debate, vendo outro segmento envolvido também na questão da segurança pública. Primeiro quero afirmar que esta Casa é de debate, mas debate



de ideias e posições. Precisamos respeitar os Parlamentares, seja qual for sua opinião, sua posição e suas opções. Portanto, eu repudio qualquer tipo de iniciativa que, ao fugir do mérito, tenta adjetivar o mérito. Eu tenho aqui minhas ideias, minhas posições, respeito todos os colegas aqui na Câmara e acho que nós precisamos nos ater aos temas e ao debate de conteúdo. Isso aqui não é atividade circense. Então, nós precisamos ter aqui uma posição política séria de enfrentamento do debate, senão, nós não vamos contribuir com a sociedade. A sociedade nos paga, e bem, não é para vir para aqui para destilarmos as nossas antipatias, os nossos dogmas, as nossas visões distorcidas ou não sobre a realidade. Então, entrando aqui no debate mesmo, que eu acho que é o interessante, é isso que a população está pedindo, não está querendo aqui ouvir as nossas digressões sobre as pessoas, mas, sim, sobre os temas e os conteúdos, parece-me que foi uma contribuição importante.

Acho que peguei por último essa exposição do Secretário. Parece-me, Secretário, que nós estamos perdendo essa batalha. Fica uma sensação de... O combate da guerra contra a droga nós estamos perdendo. Esse conceito de segurança pública é que precisa ser alterado, parece-me. Eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre isso. Nossa polícia é a que mais mata e a que mais morre. E querem fazer uma falsa dicotomia entre polícia e bandido. Não é essa a discussão. Eu repudio também quem faz a defesa da redução da maioria penal e de quem é defensor de bandido. Eu poderia também caracterizar quem é defensor daquelas atuações do grupo de extermínio. E não faço isso, porque a adjetivação distorce o debate. Nós precisamos aqui é discutir profundamente. Nós estamos perdendo essa batalha, a sociedade está perdendo essa batalha, que é o envolvimento com a droga, que são os maus policiais envolvidos nesse processo.

Então, se nós não tivermos muita paciência, muita serenidade, para discutir esse tema, nós vamos sair desse tema sem uma contribuição para a sociedade, porque nós temos — isso é a realidade, os números estão aí — assassinatos e homicídios. Quando se chega a 30 mil homicídios de jovens, achar que isso é uma situação normal, de jeito nenhum. Todos são bandidos? Então, nós estamos com a sociedade extremamente doente. *(Riso.)* Não entender essa situação...? Então, nós estamos com um combate errado e nós aqui precisamos refletir sobre isso, porque,



se a nossa polícia é a que mais mata e a que mais morre, então nós temos também que ficar preocupados com isso, com a nossa polícia, que são jovens.

E olhe que os policiais que estão sendo assassinados também são jovens e pobres! (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - E negros.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - E negros, o que é pior. Quer dizer que são jovens. São jovens! Nós estamos inclusive pondo-os em risco; estão sendo cassados em algumas capitais, e grande parte está morrendo fora do serviço, o que é um problema, porque, fora do serviço, está morrendo como cidadão.

Então, nós precisamos... Eu gostaria de ouvir exatamente essa experiência de Pernambuco, que é uma experiência interessante, mas, quando a gente vai vendo os resultados, para aqueles que acham que o problema é só droga, é só fazer um estudozinho mais apurado.

Quando é que estoura a violência no Brasil? Década de 80. O que é que teve na década de 80? A década perdida. O que é que teve na década de 90? Outra década de recessão, de crise econômica, no Brasil. Achar que isso é firula é realmente puxar um Schwarzenegger da vida, colocá-lo aqui com um bocado de canhão e sair matando todo mundo. Isso não vai resolver a situação da violência do Brasil.

Então, eu parablenizo a iniciativa deste debate. Como autoridade da segurança pública, nós temos que contribuir para esse debate, Comandante, porque eu sei das dificuldades que você tem na sua corporação, as limitações de recurso e de condições. Nós estamos montando jovens despreparados, inclusive com dificuldades, inclusive de recursos. Eu sei que falta, dentro da Polícia Militar, às vezes gasolina para o carro andar. (*Riso.*) As dificuldades materiais são intensas.

Portanto, eu parablenizo esta iniciativa e gostaria de saber dessa visão que a Secretaria de Segurança e o Secretário têm, como a do Comandante também, em relação a essa visão dessa tal guerra. Essa guerra nós estamos perdendo, e estamos perdendo dos dois lados. Estamos perdendo pior ainda, porque estamos estabelecendo para o cidadão uma insegurança, uma expectativa e uma sensação de insegurança enorme dentro da sua vida cotidiana.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Davidson Magalhães.

Com a palavra o próximo orador, o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero, em primeiro lugar, cumprimentar todos os convidados, que fizeram uma exposição importante. Quero aqui dizer que, devido a outra atividade, cheguei um pouco atrasado.

Quero primeiro me associar à fala do Deputado Davidson, ao seu conteúdo, sobre a importância de esta Casa discutir um debate qualificado no campo das ideias. Temos divergências naturais no Parlamento, mas é fundamental essa linha que o Davidson traçou.

Mas, Secretário, em relação a essa política exitosa de Pernambuco, recentemente um aluno do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas — é claro que foi num TCC dele — fez um levantamento de que a segurança, só no Estado de Alagoas, tem um custo de 2 bilhões por ano — a gente está falando de um Estado, o segundo menor da Federação —, e isso representa 6,9% do Produto Interno do Estado. Enquanto isso, em outras capitais, esse valor é em torno de 3% a 5%. Em Alagoas é 6,9%. Esses recursos são quatro vezes os gastos operacionais no setor da educação, ou dez vezes o custo do setor da saúde. Para fazer esse trabalho, o aluno resgatou os valores aplicados em bens e serviços utilizados no combate à prevenção da violência, assim como os recursos destinados ao tratamento médico das vítimas, as despesas judiciais e com custódia, a reintegração de detentos, os impactos na saúde e a expectativa de vida das vítimas de violência por invalidez permanente ou morte, além dos efeitos multiplicadores econômicos. A gente percebe que esse é um tema complexo, onde cada vez mais esse item, uma das soluções, são mais recursos. E a gente fica naquele velho debate: causa e efeito.

Então, V.Sa. fez aqui uma fala importante — e eu tive oportunidade de ouvi-lo —, onde o senhor destaca, com ênfase, essa importância. Pelo que a gente percebia na fala do Deputado Luiz Couto, em vez de ser uma política de Governo, foi uma política de Estado, e isso é fundamental, essa diferença. Independentemente de sigla partidária, a gente tem que ter a capacidade de elogiar



aqui um Governador que foi candidato a Presidente de outro partido, o PSB, Eduardo Campos, que compreendeu o desafio desse paradigma que a gente está atravessando no Brasil. E nessa linha, a gente percebe, com ênfase na sua fala, primeiro a integração, que é um dos grandes gargalos. E eu queria que V.Sa. pudesse falar. A gente percebe aqui o Comandante da Polícia Militar e a gente percebe o Chefe da Polícia Civil.

Em alguns Estados, apesar de a foto aparecer aparentemente com um sorriso, na hora e no mundo real, essa dificuldade existe. Essa integração — e aí na sua fala eu não percebi, eu ouvi na fala do Deputado Luiz Couto —, como é que funcionou a inteligência para um ato como esse? Como é que funcionou a perícia? Tem autonomia administrativo-financeira, ou ela é um departamento da Polícia Civil? Como funcionou a Corregedoria, com a importância que tem? E a relação com a sociedade civil?

Nessa linha, eu queria também que V.Sa. pudesse estabelecer o seguinte, já que boa parte da violência está ligada principalmente à questão da droga, e um fato novo é o *crack*. Foi feito um questionamento importante pelo Deputado Bacelar que vou repetir. Mesmo Pernambuco avançando, ainda continua como o terceiro Estado mais violento. Independentemente de qualquer corte ideológico nesta sala, a gente tem que, no mínimo, ter indignação, porque morrer jovens negros e pobres da periferia, morrer policiais ou qualquer ser humano, é motivo de a gente ficar indignado, independentemente do processo. Nessa linha, o índice de violência na Capital, Recife, é maior do que na cidade de Floresta? (*Pausa.*) É? O senhor poderia responder só a essa questão, porque aí eu vou concluir? O índice de violência na capital é maior do que o da cidade de Floresta?

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - A taxa de homicídios por 100 mil na capital é maior do que na cidade de Floresta.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Muito bem, Sr. Presidente, eu concluo.

Eu estou dizendo isso, pessoal, porque Floresta é a cidade maior produtora de maconha no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Paulão.



O próximo é o Deputado Jair Bolsonaro. (*Pausa.*) Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Desculpe-me, Sr. Presidente. Quero saudar os integrantes da Mesa e peço desculpas, porque eu não estava presente antes. O meu amigo acabou de sair daqui, e eu não vou ofendê-lo, eu não vou ofendê-lo pela opção sexual dele. Fique tranquilo. Eu não sei por que ele saiu.

Eu acho que eu tenho até vergonha, desculpe-me, de falar sobre este assunto: o extermínio de negros. Existe isso no Brasil? Quando há dois malandros assaltando, fazendo uma besteira qualquer, e há um policial militar, quando ele é obrigado a atirar, ele vai atirar só no negro e não atira no branco? É assim que funciona? Parece que é assim que funciona o negócio. É a política de dividir do Governo?

Eu sou tranquilo para falar sobre negro por dois motivos: primeiro porque, assim como há o Júnior Negão do futebol de areia, o meu sogro é o Paulo Negão, que mora aqui na Ceilândia. E ele se orgulha de ser chamado Paulo Negão e tem uma filha que é afrodescendente, que não vai ser cotista não, nessa demagogia do PT, não. Outra questão é que acabou de sair daqui o colega que mais me esculachou no caso da Preta Gil, em que eu fui acusado de ser racista! Vivia me esculachando na mídia! É lógico que na minha cara ele não fazia nada, senão o bicho ia pegar com ele. Malandro tem que ter o tratamento. E agora, na terça-feira, o Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, arquivou o meu processo do caso da Preta Gil. Não falou nada! O mané não falou nada! Aqueles que me esculacharam não falaram nada! Vêm aqui com esse papinho de defender negro? Divide o seu salário com a comunidade negra, poxa! Vai viver como muitos pobres por aí! Então, essa demagogia, essa politicalha nojenta, só atrapalha o serviço de homens como os senhores que estão preocupados em colaborar, para que diminua o número de mortes violentas no nosso País.

Uma crítica que eu faço, e eu acho que eu nunca ouvi ninguém falar: morreram, por exemplo, em Recife, Pernambuco, 200. Tem que tirar quem é vagabundo fora! A preocupação tem que ser com a morte de inocentes. Vagabundo branco, índio, negro, que se exploda! Já foi tarde! Tem que ser assim. A defesa aqui é voltada para a bandidagem. O Deputado que acabou de sair, quando falou em ditadura militar... Olha só na minha mão, por coincidência: *Memórias do Terror*, livro



de Carlos Eugênio Paz. Na entrevista que ele deu para as páginas amarelas da revista *Veja*, ele diz: *“Eu tinha 17 anos quando participei da primeira ação. Assaltamos um cinema no Rio de Janeiro. Demos treze tiros no guarda que tomava conta da bilheteria!”* A violência foi do regime militar ou foram eles que procuraram? E continua aqui que eles recrutavam gente, garotada, no Colégio Pedro II. E diz aqui: *“um estabelecimento que, na época, era modelo de educação”*.

No período que chamam de ditadura, realmente a educação era modelo. Hoje é um lixo, uma tralha, a educação, uma porcaria! É a questão de homossexualismo o tempo todo. Agora, por ato de Dilma Rousseff, publicado no dia 12 de março, o menino pode entrar no banheiro da menina, porque ele se sente *gay*. Cadê o cidadão que não está aqui para ouvir isso? Por que ele saiu daqui? Covarde!

Nós aqui, pela idade dos senhores, devemos ter filhos ou filhas ou netos nessa idade. Eu tenho uma enteada de 12 anos. Desculpem-me, eu estou adiantando aqui, já que aqui não tem imunidade. Se entrar um marmanjo de 16 anos no banheiro da minha enteada, que tem 12, eu vou arrebentar ele, o pai e o diretor da escola na porrada! É essa politicalha! Neste tipo de CPI aqui, vocês estão é acabando com o que resta dos valores familiares. Só defendem minoria. Que minoria? Negro é minoria? Que minoria? Qual a diferença entre mim e um negro? Nenhuma! Nenhuma! É igual às mulheres que agora querem cota aqui na Câmara — Coronel, me dá licença.

As mulheres querem cota na Câmara. Agora, a massa das mulheres votou para que a pensão da viúva fosse temporária. Ou seja, perseguem as viúvas. As mulheres aqui, todas do PT, do PCdoB e algumas do outro lado também. Mas votam para humilhar, inclusive as evangélicas, porque está na Bíblia lá — fugiu-me o nome do Livro: *“Ai daqueles que perseguem as viúvas, que maltratam os órfãos...”* Mas essa turminha, que vive aqui defendendo os direitos humanos de bandido, ou fica com essa historinha de jogar branco contra negro, homo contra hétero, pai contra filho, rico contra pobre, nortista contra sulista. É a máxima deles, sempre dividir, pregando aqui o coitadismo. E o Brasil afundando em roubalheira, em corrupção. Os senhores perdendo tempo. Desculpem-me, mas os senhores estão perdendo tempo aqui. Por mim, estariam em seus Estados trabalhando para conter a violência, e não vindo aqui para defender... É uma politicalha, uma esquerdalha, uma politicalha!



E a matéria continua aqui, meus senhores: “*Recrutei um menino, que, na época, só tinha 14 anos*”. Imaginem, 14 anos e falando em guerrilha? Um moleque decente. E agora a Dilma Rousseff coloca a sua tropa na rua para defender os menores, com 16, 17 anos de idade, como esses três marginais do Piauí agora que estupraram e bateram e cortaram os mamilos das meninas, etc., por aí afora. Esse pessoal aqui, esse pessoal, amigo de Dilma Rousseff, amigo desse cidadão que saiu daqui agora, é que realmente estimula a violência em nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente. Estou feliz e me desculpem, meus senhores.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado. A próxima oradora é a Deputada Erika Kokay, mas parece que ela não está presente.

Mas antes, Deputado Jair Bolsonaro, nós aqui respeitamos a opinião de todos os Deputados. Aqui, há imunidade e todos podem se manifestar. É bom que V.Exa. esteja participando aqui hoje. Nós traçamos um roteiro aprovado pelo Plenário da CPI com um objetivo muito bem definido: nós queremos alterar a Constituição Federal, para haver um novo sistema de segurança compartilhado e integrado, e queremos criar um plano nacional do Estado brasileiro para enfrentar os homicídios. Então, eu acho que esta CPI está trabalhando de maneira séria, bem organizada e bem planejada.

E os nossos convidados, como eu falei no início da nossa audiência, foram convocados com critérios muito republicanos — os seis maiores, os seis menores — como também nós convidamos os onze Ministérios do Juventude Viva, porque nós queremos transformar o Juventude Viva, ações preventivas em ações do Estado brasileiro. Nós queremos transformá-lo, redesenhá-lo, participar do desenho, termos ações preventivas, porque na questão da violência há desigualdades sociais e econômicas, e o Estado brasileiro deve garantir educação de qualidade, saúde, lazer, esporte, cultura.

Então, nesse sentido, o que eu quero dizer a V.Exa. é que é bom que V.Exa. possa participar mais aqui para ver o andamento da nossa CPI.

Quero passar a palavra para o nosso Comandante da Polícia Militar...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Desculpe, Presidente. Tinha uma inscrição minha.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ah, desculpe-me.

Com a palavra o Deputado Glauber Braga. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Obrigado.

Primeiro, quero me dirigir ao Presidente, aos convidados, aos Parlamentares. Sabe que, durante algum tempo, principalmente no mandato anterior, eu me perguntava se o diálogo ou o combate de ideias com o Deputado Bolsonaro era válido ou criador de palanque para o próprio Deputado Bolsonaro.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos garantir a fala de todos. Como dizem nas reuniões, lá na “cozinha”, lá atrás, vamos manter o silêncio.

Com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Depois, Presidente, vou pedir só para recompor o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Cinco minutos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sabe que, durante principalmente este mandato, eu passei a fazer uma reflexão profunda sobre o tema, porque a gente não pode deixar de admitir que o Deputado Bolsonaro influencia pessoas. Há pessoas que passam a segui-lo ou a acreditar naquilo que ele fala. Basta ver a votação que ele teve no Estado do Rio de Janeiro, que é incontestável. Então, é importante, sim, que, baseado no respeito humano, a gente faça o bom combate de ideias em relação àquilo que é dito pelo Deputado Bolsonaro.

E, nesse bom combate de ideias, eu queria fazer uma reflexão sobre um ponto, porque depois eu quero utilizar o meu tempo para fazer o questionamento aos palestrantes. Eu estava na Comissão discutindo a redução da maioria penal, e, se a minha pergunta já foi feita, eu peço que desconsidere, mas, se não o foi, eu gostaria muito de ter aqui a resposta sobre um questionamento.

Mas, sobre uma das coisas que o Deputado Bolsonaro falou, eu quero discutir, que é a seguinte: não é alimentador da guerra esse tipo de posição, esse tipo de liderança, que o Deputado Bolsonaro exerce em determinados momentos que finge criar dicotomia entre bandidos e policiais? Não é exatamente o tipo de liderança que, do ponto de vista cultural, mata um número maior de policiais, porque ele influencia para a guerra e, influenciando para a guerra, ele faz ampliar o seu



próprio poder parlamentar político, mas, pelo enfraquecimento do conjunto dos policiais militares e das forças de segurança? Esse questionamento eu não posso deixar de fazer. Claro, não quero voltar essa minha pergunta aos senhores. Não espero que me respondam, porque eu quero utilizar o meu tempo para dialogar com os senhores sobre outros temas. Mas quero, sim, dialogar respeitosamente do ponto de vista humano, mas firme do ponto de vista político. Na minha convicção, a postura de lideranças, como a do Deputado Bolsonaro e da forma como o faz, é alimentadora da guerra e responsável pela morte de um conjunto de policiais, por ser alimentadora da guerra. É alimentadora da morte de policiais, é alimentadora da morte de jovens, é alimentadora da morte de muitos, porque é alimentadora da guerra.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - (Palmas.)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Dita aqui a minha posição... E falo, Deputado Bolsonaro, respeitosamente, que V.Exa. pode ter uma posição divergente. Eu ouvi aqui, com atenção e tranquilidade, as suas posições.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Não falei nada!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - E vou receber uma salva de palmas como uma possibilidade de reconhecimento futuro de V.Exa. para alguma reflexão mínima.

Agora, a pergunta que eu gostaria de fazer aos nossos convidados é a seguinte. São incontestáveis os dados que nós temos. Se formos fazer uma análise dos dados de Pernambuco em relação aos outros Estados do Nordeste, há uma diminuição, sim, progressiva dos homicídios ao longo dos anos. E, se em números absolutos o Estado de Pernambuco ainda não é aquele que tem os menores índices, é a demonstração de que, ano após ano, se você tem uma diminuição do número de homicídios, você tem uma política num caminho que possa ser considerado o caminho correto.

A minha pergunta é: existem outros Estados brasileiros? Por exemplo, eu posso ser crítico, como o sou, de várias políticas do PSDB e crítico de políticas no meu próprio Estado do Rio de Janeiro. Mas os dados disponíveis demonstram uma diminuição dos índices de homicídio e, em um conjunto dos Estados do Nordeste, o único que tem essa diminuição, comparado aos demais, é exatamente o Estado de



Pernambuco. A minha pergunta é: existe algum ponto de contato, nas políticas implementadas por Pernambuco, com aqueles outros Estados que conseguiram também diminuir o seu número de homicídios de jovens e de jovens negros? E a segunda pergunta é: existe também a possibilidade de fazer uma comparação com alguma experiência internacional que possa ser considerada positiva e que, por ser positiva, influenciou aquilo que foi a implementação da política no Estado de Pernambuco?

E, para concluir, Sr. Presidente, eu explico a motivação da minha pergunta. Nesta Casa, além desta CPI que discute a morte de jovens negros, a gente tem também a Comissão que está discutindo a redução da maioridade penal. Eduardo Campos era um crítico, com uma posição pública clara contrária à redução, e nem por isso deixou de estabelecer uma política articulada que possibilitou a diminuição. E, sem querer personalizar, não deixou de estabelecer uma política que diminuísse os índices de violência no Estado de Pernambuco. E qual o porquê da minha pergunta? Porque em todos os momentos, nos encontros em que faço esse mesmo questionamento sobre a redução da maioridade penal, a minha pergunta é: qual é o exemplo internacional de país que tenha feito esse movimento com que diminuiu os seus índices de violência? Normalmente, eu não encontro a resposta.

Estou procurando aqui exatamente confirmar as minhas convicções e me abrir para outras convicções possíveis que estejam aqui colocadas do que existe do ponto de contato entre políticas públicas realizadas no Brasil, e até internacionalmente, para a redução real dos índices de violência.

Esse é o meu questionamento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Capitão Augusto.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Obrigado, Presidente. Quero saudar o Coronel Antônio Francisco Pereira Neto, o nosso Secretário de Estado Alessandro Carvalho Liberato, o Delegado-Chefe de Polícia Antônio Barros Pereira de Andrade e o nosso Defensor Público Manoel Jerônimo de Melo Neto.

Ouvi a primeira parte e depois tive que me ausentar para ir ao plenário. Mas primeiramente eu gostaria de deixar os meus parabéns aqui pelo trabalho que está



sendo desenvolvido em Pernambuco e pela redução que tão brilhantemente o Secretário nos expôs. Realmente dá para ver que estão no caminho certo. É a linha que nós esperamos e desejamos na questão de segurança pública.

Eu acho que esta Comissão, daqui a pouco, vai chegar à conclusão, para variar, de que a culpa da violência é da Polícia Militar e da Polícia Civil. É aquele discurso fácil, discurso barato. O nosso próprio Deputado Glauber já descobriu aqui o problema de todos. O problema da violência policial é o Deputado Bolsonaro. O Bolsonaro é que é o culpado por todos os homicídios ocorridos contra policiais, a favor dos policiais.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Está simplificando, Deputado! Eu não falei isso.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Deixa ele falar! Deixa ele falar, rapaz! Deixa ele falar!

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - É um absurdo! Eu não sei qual é a formação de V.Exa., mas, com certeza, não é policial. Eu trabalhei por 25 anos diretamente ligado à Polícia Militar do Estado de São Paulo, comandando companhias operacionais. Esta foi uma das maiores aberrações que ouvi: querer citar, querer vincular, o Deputado Jair Bolsonaro a qualquer tipo de violência praticada ou sofrida por policiais militares. Tenha santa paciência!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, no final, permita-me uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Venhamos e convenhamos que esse é um discurso fácil, (*ininteligível*) fácil, é uma agressão gratuita, que não caberia aqui num momento como este. Não é questão de simplificar. V.Exa. o citou, e eu sou obrigado a falar, porque não dá realmente para ouvir tamanha bobagem e ficar calado. Sinto muito chegar a esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pessoal, Deputado Capitão Augusto, ao citar nominalmente outro Deputado, nós combinamos aqui uma prática: de que nós vamos fazer a réplica. Então, vamos lá.

Com a palavra o Deputado Capitão Augusto.



O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Exatamente. Já que o Deputado Jair Bolsonaro foi citado, então eu também tenho direito à palavra, porque ele foi citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Ou dá a palavra pra todo mundo ou não dá para ninguém!

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Mas, Sr. Presidente, a questão da violência no Brasil é muito mais complexa do que parece. Nós temos uma série de coisas, que vão desde... A chamada bancada da bala, pejorativamente, mas é a bancada da vida, a bancada da segurança, cita que não há a sensação de impunidade no Brasil, não há essa sensação. Há impunidade no Brasil! Eu, através do Centro de Altos Estudos da Câmara, já pedi um estudo lá, para ver exatamente o cumprimento da pena, a pena imposta e a pena cumprida. E nós sabemos que hoje, num crime de homicídio, por exemplo, o cidadão não fica sequer 3 anos numa cadeia. A gente pega o tráfico internacional de drogas, que na Indonésia está executando — e faz bem, para proteger o país e aquelas crianças —, e vê que no Brasil o tráfico de drogas internacional é apenado com 5 anos se vincular o traficante a alguma facção criminosa. E como se vai vincular um estrangeiro a alguma facção criminosa do Brasil? É quase impossível! Isso faz com que a pena seja reduzida de dois terços, então vai para 1 ano e 6 meses. Então, Presidente, a pena para o tráfico internacional no Brasil é uma cesta básica. Essa é que é a pena.

Por outro lado, nós vemos a questão do tráfico de remédios, por exemplo. Vamos citar um exemplo prático: o pessoal é pego trazendo um Pramil, o Viagra paraguaio. Para o Pramil, a condenação é de 10 anos, no mínimo. Então, que País é este que não pune, que não apena a reincidência constante de crimes, com um sistema carcerário que não recupera ninguém, com leis extremamente brandas, com a Justiça emperrada com milhões de processos e não consegue dar conta, o que faz dela extremamente morosa? Então, é uma gama de coisas em que realmente a gente precisa começar a ter coragem.

Então, na questão de segurança pública, nós temos políticas a curto, a médio e a longo prazo. Infelizmente a política a curto prazo é a política da segregação. Nós temos que ter a coragem de assumir que tem pessoas que não se recuperam, não



têm condições de se recuperar e não querem se recuperar. Então, a única alternativa para essas pessoas é segregar, é retirar da sociedade, é prisão e que apodreça na prisão. E nós estamos pagando um alto preço apostando na recuperação dessas pessoas, porque no Brasil a pena não é castigo, a pena sempre é tentar recuperar o preso. E isso aí é uma política que já não deu certo. Vários outros países, países do Primeiro Mundo, já sabem que essa política não dá certo. A preocupação na recuperação do preso tem que partir dele primeiramente, e não do Estado, e não querer recuperar a qualquer custo. Essa aposta em que ele vai ser recuperado está custando muitas vidas, homicídios, estupros, sequestros, e por aí vai. Então, é uma política completamente destoadada da realidade.

O Congresso Nacional está completamente às avessas do que a opinião pública espera. Veja a questão da redução da maioridade penal: 93%, segundo o Datafolha e o IBOPE, querem a redução da maioridade penal. E nós aqui temos as pessoas ainda que discutem, que não querem a redução da maioridade penal! Então, nós estamos realmente na contramão do que toda a população brasileira espera.

Era somente isso, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Capitão Augusto.

Não foi solicitado, na hora em que citou o Jair Bolsonaro, por isso é que eu não concedi por 1 minuto. Mas o Deputado Glauber... Ou abre mão?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Pode falar o Deputado Bolsonaro. Não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, não, mas é o seguinte...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, então, eu falo. Então, deixe-me dizer uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k., por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu não quero simplificar a questão. O que eu disse aqui eu repito, sem que a gente passe por qualquer processo de simplificação. A questão não é de natureza pessoal. Eu não quero personalizar esse tipo de combate, não. Eu quero aqui fazer uma reflexão de ideias. E o que eu disse,



com tranquilidade, foi: se você tem uma liderança que fortaleça o discurso e a política da guerra, você vai ter mais guerra; se você tem uma liderança que fortaleça o discurso do ódio, você vai ter mais ódio. Quando você tem a oportunidade de fazer um discurso que possa ser uma reflexão a isso — e que não é pessoal contra o Deputado Bolsonaro ou contra o meu colega que teve aqui a oportunidade de dizê-lo —, não é uma simplificação.

O que eu estou querendo dizer é o seguinte: se a gente quer encontrar um caminho e se a gente considera que o sistema não vai bem como ele está, a gente não pode fazer o discurso do ódio nem de um lado nem do outro, porque o discurso do ódio — no que diz respeito, no final das contas, é alimentador da guerra. E as lideranças que defendem a política do ódio, com a formação dessa dicotomia — eu fiz uma reflexão —, no meu ponto de vista, ela não favorece a vida, ela favorece a morte. Não é à toa que o próprio programa formatado no Estado de Pernambuco teve o nome de Pacto pela Vida. É exatamente essa a reflexão que eu procurei fazer aqui com os meus colegas sem simplificar e sem procurar fazer uma disputa de caráter pessoal, porque não é o meu objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Com a palavra Deputada Rosangela Gomes.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, já que deu para ele 1 minuto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós combinamos o seguinte procedimento...

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Não, mas já que deu para ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, Deputado Jair Bolsonaro... Na hora que ele citou... V.Exa. não solicitou 1 minuto.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, eu estou sendo disciplinado. Por estar sendo disciplinado, V.Exa. está me punindo. Não passo de 1 minuto.

Olha, é o discurso fácil da esquerda: sempre culpar alguém pelo seu insucesso. O elemento é broxa em casa, ele culpa alguém pela broxada dele. É a coisa mais comum que tem.



O meu episódio com a Maria do Rosário, quando nós fomos discutir a questão da maioria penal, no caso do Champinha, em que ele e mais quatro haviam estuprado, por 5 dias, depois executado, uma menina em São Paulo, em 2003, como ela perdeu o debate, ela me acusou do quê? Por causa do meu discurso é que o Champinha cometeu aquela violência — nem eu conhecia o Champinha, nem ele me conhecia —, e depois me chama de esturador.

Aqui é a mesma coisa. A gente mostra a verdade, daí vem com aquela historinha de sempre: é o discurso do Bolsonaro que alimenta o ódio. Eu sou responsável agora por morte de policiais militares.

Eu duvido que V.Exa. já tenha ido a um enterro de PM no Rio de Janeiro!

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Pode ter certeza que já.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Infelizmente, todo o mês eu vou — dá para ir a quase 15, infelizmente — a um ou dois, e posso sentir a angústia dessas pessoas, por leis votadas aqui, meus senhores que estão na Mesa, que impedem o trabalho do policial militar, o que faz com que ele vá se acovardando cada vez mais para exercer o trabalho! Aquele segundo a mais ou a menos é a diferença entre ele morrer, ou ir para o presídio, onde não falta gente! O nosso colega aqui acha que temos que acabar com o auto de resistência, é favorável a isso: o policial militar, mesmo matando um vagabundo, ou no caso de uma lesão grave a um marginal qualquer, tem que responder preso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

Discurso barato aqui não vale, não, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Boa tarde a todos e todas.

Quero cumprimentar a Mesa na presença da pessoa do Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, e agradecer a oportunidade mais uma vez de fazer parte deste trabalho da CPI que investiga os assassinatos de jovens negros e pobres.

Quero dizer da estada ontem no Estado do Espírito Santo, da nossa audiência, com sucesso, pelos...



(Manifestação na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu vou pedir para retirar, então... Se for para... Por favor, vamos ouvir a Deputada. Obrigado.

Com a palavra a Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente, dando continuidade, ontem foi um sucesso a audiência, no que tange a participação do Estado, dos movimentos, das entidades presentes. E pudemos ali, no Estado do Espírito Santo, mais uma vez promover um debate de alta qualidade e também discorrer de um tema que, infelizmente, assola e destrói a nossa sociedade.

Quero ainda cumprimentar o Sr. Antônio Francisco, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco; o Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Estado de Defesa Social de Pernambuco, que fez uma exposição aqui brilhante — Deputado Luiz Couto, essa exposição nos enche um pouco de esperança —; o Sr. Antônio Barros, Delegado-Chefe de Polícia Civil do Estado de Pernambuco, que está aqui do meu lado, o qual não tive a oportunidade de ouvir; e o Sr. Manoel Jerônimo de Melo Neto, nosso Defensor Público Geral do Estado de Pernambuco,.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, enquanto mulher, enquanto negra, enquanto pobre, enquanto evangélica, eu queria me ater ao debate do tema, porque a CPI tem fato específico a ser discorrido e debatido.

Eu ouvi atentamente os nossos expositores dentro de um plano de programa de trabalho que aqui nós apresentamos, aprovamos e estamos dando sequência a ele. Senão, Sr. Presidente, eu acho que é melhor a gente parar, fechar a porta e ir embora, porque, senhoras e senhores, Deputado Pastor Eurico, aonde a CPI vai as pessoas não acreditam no nosso trabalho, quer seja enquanto Estado, quer seja enquanto ente, enquanto associação, enquanto movimento social. As pessoas acham que este nosso trabalho, Deputado Glauber, não vai dar em nada.

E eu tenho podido falar, com muita responsabilidade, que, tanto da parte do Presidente quanto da nossa parte, a relatoria, e dos demais Deputados que aqui estão sempre, todos estamos encarando esse trabalho, Dr. Jorge, com muita seriedade, com muita responsabilidade e com muito compromisso, até porque nós não estamos aqui brincando. E ontem eu ouvi muito sobre esse tema nos debates.



Quem estava lá viu: quando as pessoas usavam a palavra, falavam que era brincadeira.

Eu quero fazer uma pergunta dentro do tema, que é próprio, ao Comandante-Geral da Polícia do Estado de Pernambuco, Sr. Antônio Francisco. O senhor falou de vários programas, falou da patrulha escolar — corrija-me, Sr. Antônio, se estiver errada —, falou sobre o GT Racismo, falou de como cuida das minorias. E eu gostaria perguntar ao senhor: no que tange ao racismo e à violência doméstica, o senhor tem os dados de quantas pessoas foram atendidas? Nesses casos, houve assassinatos, homicídios? Quantos foram? Quantos tiveram resultados na questão da solução dos problemas? Essa é a minha pergunta. Gostaria que o senhor pudesse me esclarecer melhor.

E pergunto ao Secretário, Sr. Alessandro: diante dos dados que o Deputado Dr. Jorge trouxe da ONU — ele fez uma ponderação —, nós podemos dizer que existe genocídio de jovens negros e pobres? Nós podemos afirmar isso ou não na sua avaliação?

Eram essas as minhas ponderações, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada.

Eu quero também fazer uma pergunta ao nosso Secretário de Estado. Discute-se muito melhorar os procedimentos de inquérito. Tem gente que acha que nem deveria ter inquérito, que deveria ir para um juizado de instrução, não é isso?

Então, pergunto: esse comitê gestor, em Pernambuco, avalia a questão do TCO, o ciclo completo, o juizado de instrução? Isso ajudaria? E também se o comitê de gestão acompanha aquele que no PRONASCI queria instalar câmeras nas comarcas, para elucidação dos homicídios, se tem todos os dados, se está na página em tempo recorde. Esse mesmo comitê — eu sei que estão o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria — tem um acompanhamento para elucidação dos casos de homicídio?

Passo a palavra ao nosso Comandante-Geral da Polícia Militar, o Sr. Antônio Francisco Pereira, uma vez que houve algumas perguntas que foram adicionadas.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO PEREIRA NETO - Nós gostaríamos, primeiro, de dizer que a nossa fala aqui transpassou a nossa atividade profissional, no que diz



respeito à manutenção da ordem pública e ao policiamento ostensivo, e fizemos questão de dar um enfoque àquilo que nós estamos fazendo na prevenção.

Várias indagações foram feitas aqui, mas o que eu acho mais importante é enfatizar aqui que a corporação Polícia Militar do Estado de Pernambuco não tem nenhum viés discriminatório para minorias nem para maiorias.

S.Exa., o Deputado Major Olimpio, questionou a questão da formação. Poucas pessoas sabem, mas o eixo principal da formação do nosso policial militar está fundamentada basicamente nos direitos humanos, que é aplicado à atividade do policial militar, é o emprego progressivo da força, é a ética profissional e a cidadania e os fundamentos da polícia comunitária, que são os diversos projetos que nós temos que têm justamente esse enfoque de cada vez mais estar próximo da população, interagindo...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Comandante, desculpe lhe interrompendo. Essa grade curricular com esse conteúdo começou quando, Comandante?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO PEREIRA NETO - Essa grade curricular já tem bastante tempo na Polícia Militar de Pernambuco, e não posso dizer efetivamente agora — agora — desde quando iniciou, mas nós podemos remeter esses dados para esta Comissão.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Comandante, o senhor consegue vislumbrar uma distância entre a teoria/formação e a prática/atuação? Por um lado, o senhor está afirmando isso, e, óbvio, nós sabemos que é verdade, por outro lado, nós temos dados do Mapa da Violência e outros dados que apontam o contrário, apontam para a violação de direitos humanos. Então, você tem uma hipótese — vou chamá-lo de “você” — para explicar essa distância entre a teoria e a prática?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO PEREIRA NETO - Quando o Estado abre concurso para os nossos policiais militares, eles vêm da nossa sociedade e são formados policiais em cima dessa grade curricular. Uma outra pergunta que nós escutamos aqui e que é fundamental dizer: nenhum plano de segurança de sucesso no mundo, quer seja em Nova Iorque, quer seja na Bolívia, conseguiu ter sucesso sem que não ocorresse também o expurgo dos maus policiais.

Então, quando nós temos uma corregedoria forte na Secretaria de Defesa Social e temos a determinação firme do comandante-geral da corporação de que



todos aqueles maus policiais que cometem desvios de conduta devem ser imediatamente submetidos a um processo em que lhes sejam garantidos todos os direitos e garantias do contraditório, eles terão a sua conduta apurada — apurada.

Desde o início do pacto pela vida, nós temos aí um sem-número de policiais militares que foram expurgados das fileiras da corporação. Nós não compactuamos com desvios de conduta e não passamos a mão na cabeça de ninguém. Teve um caso aí, de que talvez alguns dos senhores tenham até tomado conhecimento, de um tenente que cometeu lá umas agressões, tentativa de homicídio, com uma pessoa num desentendimento num bar. E esta semana o próprio Secretário de Defesa Social, encerrado o processo legal, já tomou imediatamente as providências que deveriam ser tomadas. E isso é importante a gente dizer, porque nós, enquanto corporação, não compactuamos com esse tipo de conduta do nosso policial.

O nosso Deputado Jorge Silva nos perguntou sobre os comparativos do PROERD com outros Estados. Infelizmente, Deputado, nós não temos esses números comparativos com outros Estados, mas gostaríamos de dizer que nós, da Polícia Militar de Pernambuco, fizemos 164 mil alunos, e temos uma meta, para 2015, de 200 mil alunos formados por nossos policiais militares.

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Coronel, a gente sabe que esse programa é um programa copiado do Governo americano.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO PEREIRA NETO - Exato.

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - A minha dúvida é a seguinte: eu não consegui achar nenhum estudo que comparasse resultados, onde foi aplicado o PROERD, onde não foi aplicado o PROERD e o que resultou lá na frente, anos depois: *“Esse bairro, essa escola teve o PROERD, e o número de homicídios aqui e a delinquência juvenil — qualquer coisa nesse sentido — foram extremamente menores de onde o PROERD não foi aplicado”*, até para saber se nós estamos investindo o nosso dinheiro de maneira correta. Mas, realmente, o PROERD é algo que nos deixa motivado a investir cada vez mais.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO PEREIRA NETO - Nós gostaríamos de dizer que, ao longo dos nossos 35 anos de efetivo serviço prestado à corporação, à Polícia Militar do Estado de Pernambuco, não temos esses dados, mas gostaria de dizer que durante muito tempo trabalhei na área de inteligência, de segurança



pública, no Estado de Pernambuco, e a maioria do meu tempo na corporação foi justamente no combate à criminalidade e à violência. Sempre trabalhamos em unidades comandando guarnições, depois, comandando companhias, depois comandando batalhões. Posso dizer, efetivamente, que não temos uma notícia de que os alunos que tenham passado pelo PROERD tenham enveredado pela criminalidade. Pode ter ocorrido, mas nós não temos notícia.

Nós gostaríamos de dizer também que entre essas ações de que nós dispomos e nós fazemos, lá no Estado de Pernambuco, temos também a Patrulha Maria da Penha, que o Secretário muito bem sabe do valor e da importância que tem sido para a proteção das mulheres. E quero dizer que, talvez, o nosso programa Pacto pela Vida tenha obtido esse sucesso — apesar do muito trabalho que há de ser feito — justamente pela integração das forças policiais, a integração Polícia Militar e Polícia Civil, no Estado de Pernambuco. Muitas vezes recebemos visitas, não só de pessoas de outras corporações do País, como de fora, e eles ficam impressionados com a forma como as questões de segurança são tratadas, e o relacionamento que existe entre as duas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Perdoe-me, integração pode, num horizonte, caminhar para unificação? O que o senhor acha?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO PEREIRA NETO - Eu, pessoalmente, acho plenamente possível. O que nós vemos é que o nosso desempenho diário no combate à criminalidade e à violência, a Polícia Militar, a Polícia Civil, capitaneada pela Secretaria de Defesa Social, tem sido muito satisfatório. E os resultados, eles estão aí demonstrados, e nós creditamos isso, principalmente, a essa integração que é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mais uma pergunta: e depois, desmilitarizar? O senhor tem uma opinião sobre desmilitarização?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO PEREIRA NETO - Essa é uma questão que tem que ser bem avaliada, porque nós temos no mundo todo polícias que são civis e são militarizadas. Nós temos que ver culturalmente o que é melhor para a nossa sociedade e o que é que aquilo pode representar, efetivamente, em melhoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.



Passo a palavra ao nosso Secretário de Estado, Alessandro Carvalho Liberato.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Bem, na medida do possível — foram vários Deputados, várias perguntas, eu tomei nota —, eu vou tentar responder pontualmente ou esclarecer todos os dados que foram colocados.

Já me coloco à disposição para qualquer informação que os senhores precisem. Nós temos uma Gerência de Análise Criminal e Estatística na SDS. Todos os dados estatísticos estão à disposição. Por favor, mandem um ofício com o que precisam.

Alguns dados, números, eu tenho aqui, fiz questão de separá-los. Outros eu não tenho, vou pedir desculpas por não citá-los, mas, se precisarem, é só pedir. Cito os nomes, não é por nada, mas para organizar as ponderações que foram colocadas.

O Deputado Bacelar afirmou que Pernambuco é o terceiro Estado, no Brasil, em números de homicídios de negros e jovens. Em número absoluto, é quase isso, mas não é o terceiro, é o quarto, com 1.726 homicídios. Quem está em primeiro é a Bahia, 3.525; segundo, Ceará, 2.095; terceiro, Minas Gerais, com 1.911. E, repito, Pernambuco, com 1.726.

A maioria dos dados que vou citar é com base no Mapa da Violência de 2014. Esse dado está na página 144. Agora, em lugar nenhum do mundo se usa números absolutos para comparação. O que se usa é a taxa por 100 mil habitantes. Então, a taxa por 100 mil habitantes, em Pernambuco, de 56,7, coloca-o em sétimo colocado entre os Estados da Federação. Quem tem taxas maiores, por ordem: Alagoas, Espírito Santo, Paraíba, Distrito Federal, Goiás e Ceará.

Nós temos uma questão que foi estudada também no Mapa da Violência, que é a vitimização, que é a relação entre o número de homicídios, tendo como vítimas negros, pardos e brancos. Eu procurei aqui — não achei — a proporção de Pernambuco, mas nós temos uma questão que tem que ser colocada: Pernambuco é o 7º em taxa de vítimas de homicídio de jovens negros, e é o 26º, o último, a taxa de jovens negros, 56,7; a taxa de jovens brancos, 5,6% por 100 mil. Quando se faz essa equação, comparando-se um com o outro, a vitimização sobe, por ser a menor entre os jovens brancos.



O Subtenente Gonzaga colocou a questão da motivação e como é a questão do esclarecimento dos crimes. Então, nós levamos em conta dois critérios. Toda a morte violenta — homicídio — vai resultar em inquérito e todo o auto de resistência não tem outro caminho: inquérito.

Agora, nós temos duas formas de saber a motivação: a inicial, ou preliminar, que é pelo Boletim de Ocorrência. E a final, para a polícia, que é o relatório do inquérito policial, que está à disposição dos senhores. Precisando, é só pedir.

Deputado...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Secretário, só para...

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Perdão... Eu acho que o senhor pode encaminhar, para a Secretaria da CPI, esses dados, para subsidiar a gente na produção do relatório.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Eu vou pedir o favor de formalizar, por ofício, porque a gente...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - A gente formaliza.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Tem dados que são públicos.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sim.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - E tem dados que, a depender da profundidade do que se peça, têm sigilo. Então, para que a informação venha da forma que a Comissão precisa, e sem se preocupar com a questão do sigilo, eu peço que seja formalizado.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Nós sabemos disso. Eu presidi, na Legislatura passada, a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e nós tivemos dados que eram sigilosos. Nós pedimos, formalmente, eles nos foram enviados, e os dados permaneceram sigilosos, foram utilizados apenas para a produção do relatório.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Sem problema.

Então, a minha preocupação é justamente por duas razões. Uma é para a gente informar realmente o que é necessário; e a segunda é para resguardar as partes.



O Deputado Luiz Couto falou sobre a questão da violência de gênero contra a mulher. Desde 2007, até dezembro de 2014, nós temos uma redução no Estado de 25,5% dos homicídios contra mulheres. Em 2013, comparado com 2014, nós tivemos um aumento no Estado de 9,5% na taxa. Mas, mesmo assim, no recorte gênero mulher, a redução no Estado foi de 6%, no ano de 2014.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu falo da violência. Nem chega à morte, mas a violência que é praticada, principalmente, na relação familiar.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Violência doméstica.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ou seja, não apenas os homicídios, mas a questão da violência como um todo.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Esse dado eu não tenho no momento, Deputado, mas eu vou colocar uma situação. Não se evita homicídio do nada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu sei.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Não se segura, me desculpe a analogia, uma bala voando, ou um espancamento. Então, essa redução de homicídio é resultado, consequência de uma política de atenção, de aplicação da Lei Maria da Penha. Do mesmo jeito que foi criada a Patrulha dos Bairros, foi criada a Patrulha Maria da Penha. Ou seja, de todas aquelas mulheres que estão com medida protetiva, a Secretaria da Mulher nos relaciona aquelas de risco maior, e há a visita à casa dela, para saber se há problema ou não. E essas, para não passar pelo filtro do 190, de ter que explicar, para saber que é trote, ela tem uma senha fornecida pelo 190, o nome e uma senha dela. Então, quando ela liga e diz: *“Olhe, eu tô com um problema. Meu nome é Fulana de Tal, minha senha é tal”*, o start é imediato de uma viatura para aquela mulher que está com a medida protetiva concedida.

Então, há todas as reduções, só que eu não tenho esse número, no momento. Se o senhor pedir, não tem problema.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro. É só porque teve um debate na Paraíba e teve a presença de alguém de Pernambuco que colocou um dado. Por isso que eu perguntei se, de fato, isso foi apenas um aspecto da violência geral da mulher. Não era a Secretaria, era a pessoa mais ligada ao movimento de defesa das



mulheres que colocou isso aqui. Se esse fato era um fato que foi localizado, e, depois, houve uma diminuição dessa violência geral contra a mulher. Eu só perguntei se tinha consistência aquela informação.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Pode ser que em algum ano tenha tido um aumento. Eu não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro. Outra questão. A gente sabe hoje que há uma mobilidade muito grande do crime e dos criminosos. Tem gente que vem de outro Estado e se mata em Pernambuco; de Pernambuco, se mata noutro Estado. Essa questão da mobilidade do crime e dos criminosos ainda é muito presente? Isso acontecia muito naquela época dos grupos de extermínio.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Sim, a mobilidade é grande, porque o criminoso vai onde é mais fácil. E a nossa função é controlar o que a gente chama de mancha criminal ou Mapa de Kernel, é saber onde ocorrem os crimes, em que dia da semana, em qual horário, em qual região. Então, nós sentimos isso, sim, quando há uma repressão, há uma migração. E nós temos que acompanhar isso, e, na medida do possível — antecipar não é possível —, mudar também o enfoque e a força do Estado.

Numero de policiais mortos em serviço e fora de serviço. Eu deixei uma via salva ali, Deputado, no computador, mas eu acho que eu tenho uma impressa aqui e já passo para o senhor. Passe para ele, por favor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Obrigado.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - De nada.

Continuando, o senhor perguntou sobre a questão de grupos de extermínio, logo no início do Pacto pela Vida. O Pacto pela Vida teve início em 2007, eu só cheguei ao Estado em 2010. Fui Secretário-Executivo de Defesa Social entre 2010 e 2013, e, desde janeiro de 2014, eu sou o titular da Pasta.

Mas houve, sim, uma operação — foi difundida, foi objeto de notícia em todo o País — em conjunto até com a Polícia Federal, que recebeu o nome de Homicídios S/A. Nós tínhamos grupos de extermínio na região metropolitana.

E, respondendo: hoje, eu considero debelada no Estado a questão de grupos de extermínio. O que nós temos são muitos homicídios em razão do tráfico de



drogas, tanto em disputa de território, quanto na cobrança de dívida de drogas para servir como exemplo.

Assassinatos na divisa. Eu acho que no tempo em que o senhor falou, deve ter sido ali em Itambé e Pedra de Fogo, mas isso também acabou. O que nós temos hoje é a morte em um Estado e a desova do corpo em outro Estado, logo na divisa, para dificultar a investigação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É aquela região que fica desde a orla marítima, que vem de Caaporã, depois Pitimbu e, do outro lado, tem Mata Alhandra e que vai até...

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - É isso aí. É a área em que o epicentro é Itambé, em Pernambuco, e Pedra de Fogo, na Paraíba.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, isso mesmo.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - O Deputado Luiz Couto falou com relação ao grande número de roubos praticados por adolescentes. Isso realmente vem crescendo em todo o País. E eu atribuo isso ao problema da pandemia. Não é mais uma epidemia, é a pandemia do *crack* em que antes nós víamos o roubo praticado por adolescentes para comprar, para ter um tênis, para ter uma bermuda, para ter uma camisa. E hoje o que a gente vê em 99% dos casos é para comprar a pedra de *crack*.

O Deputado Major Olímpio me perguntou, de uma forma geral, o que poderia ser feito para a gente mudar esse quadro. Eu sinto que é algo que não é fácil, mas que nós temos que enfrentar. Só se resolve um problema reconhecendo que o problema existe e colocando luz nele.

Então, uma primeira questão que eu vejo e que eu acabei de falar é a questão das drogas. A gente olhou o mapa da violência, e o Júlio Jacobo faz um recorte: que o Brasil conseguiu reduzir os homicídios até 2007 e depois de 2007 eles voltaram a subir. Esse primeiro período ele atribui a uma campanha maciça de desarmamento e o posterior ele coloca que há uma migração do crime para cidades menores.

Sobre essa migração do crime para cidades menores, que não está no trabalho do pesquisador, eu faço um recorte bem preciso. O recorte é: Bolívia, Evo Morales. Assim que ele assumiu a presidência do país, há pouco mais de 8 anos, tomou uma decisão. Primeiro: *“Não quero americano em solo boliviano para reprimir*



a questão do tráfico de drogas. *Eu sou Presidente eleito e venho de uma cultura cocaleira para mascar a folha de coca.*” Só que a quantidade de área de cocaína plantada na Bolívia aumentou seis vezes depois que ele assumiu.

O Brasil tem um programa de controle de precursores de produtos químicos muito forte, feito pela Polícia Federal, e isso inibiu o refino fora do País. Então, o que aconteceu? Começou a entrar a pasta base de cocaína e daí o *crack*. E hoje o maior problema de segurança pública que eu coloco, na minha concepção, é o tráfico de drogas.

E aí, mais à frente, eu respondo sobre liberar ou não...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Legalizar.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Legalizar. Legalizar com controle.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Perdão, é legalizar. É bom a gente ter cuidado com os termos, porque não sei se o senhor percebeu, mas toda a agitação nesta Comissão hoje se deu por causa de posturas de alguns Parlamentares que adulteraram falas nossas aqui, de maneira criminoso, para manipular a opinião pública. A gente falou em legalizar e regulamentar, e não em liberar. Liberada ela está de qualquer controle, de qualquer fiscalização, de qualquer regulamentação.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - O.k. Então, o que eu vejo é: deve haver... E aí eu extrapolo até em determinado ponto o alcance, mas faço isso como um brasileiro. Sou Delegado da Polícia Federal há 16 anos e Secretário de Estado há um ano e meio. Mas eu trabalhei em Juazeiro da Bahia, fui chefe da Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro, entre 1999 e 2004. Conheço o Sertão de Pernambuco, participei de várias operações de repressão ao cultivo de maconha e conheço a fronteira. Fui Chefe da Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu por 2 anos, entre 2006 e 2007, e sei também o que é aquele tráfico de fronteira.

Eu entendo como equivocada a política internacional do Brasil com relação à Bolívia depois da decisão do país — até aí é uma decisão dele — de multiplicar por seis a área plantada de coca. Agora, isso está trazendo um prejuízo financeiro, humanitário e à saúde muito grande para o País. Eu entendo que essa política tem que ser revista.



Eu entendo que deve haver um fundo para a segurança. Da mesma forma que há um fundo para a educação e um fundo para a saúde, deve haver um fundo para a segurança. É preciso uma rediscussão do pacto federativo. Hoje os Estados não têm condição, com a atual divisão de recursos, de fazer tudo aquilo que é preciso fazer. E são os três maiores orçamentos do Estado: educação, saúde e segurança. Os dois primeiros têm fundo, o terceiro não o tem.

Eu vejo um problema muito sério na questão do sistema prisional do País. Prisão serviria para duas coisas: ressocializar e segregar. Ressocializar nem país de Primeiro Mundo consegue. A taxa de reincidência nos Estados Unidos é algo em torno de 65%. Nós precisamos segregar. O que nós vemos hoje, quando fazemos uma operação de repressão qualificada, é que, pela falta de estrutura, de 35% a 40% das pessoas a serem presas nessa operação — com escuta telefônica, com quebra de sigilo — já se encontram presas e, de dentro do presídio, continuam a comandar o crime.

Nós temos contingenciados para a geração de superávit primário 2 bilhões de reais do Fundo Penitenciário Nacional, que foi criado para isto, para melhorar o sistema prisional do País.

Sobre a questão de fronteira — volto a falar —, é muito mais difícil fazer uma ação em Recife do que fazer uma ação na fronteira do País. Digo isso porque, como já mencionei, trabalhei aqui e trabalhei em fronteira. A simples duplicação do número de agentes da Polícia Federal no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu em 2007, de dois para quatro agentes, multiplicou a apreensão de drogas por quatro, só naquele aeroporto. É necessária a presença da Polícia Federal e das Forças Armadas na faixa de fronteira para evitar que essa droga entre lá. A apreensão vai ser em quantidades de atacado.

Quanto à legislação, cito o caso recente do médico que foi esfaqueado na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro. O suspeito de ter sido o autor daquele crime, nos últimos 4 anos, foi apreendido 15 vezes. Então, isso é algo que esta Casa tem que discutir efetivamente. Ela tem que ouvir as pessoas que trabalham no assunto. O meu entendimento é que a legislação processual penal do País possibilita muitos recursos e a penal, infelizmente, trata o criminoso eventual no mesmo diapasão em que trata o criminoso profissional.



Nós tivemos uma chacina em Poçoão, cidade do interior de Pernambuco onde foram assassinados três conselheiros tutelares e uma senhora de 75 anos, avó da criança. Fizemos uma investigação muito bem feita por meio da Polícia Civil; 2 meses e meio depois, estavam todos presos, com exceção de um, foragido. Os dois executores do crime — um tinha cinco homicídios consumados ou tentados e o outro, sete homicídios — estavam soltos.

Hoje a média para realização de júri no País é cerca de 8 anos. Ninguém fica preso 8 anos esperando o júri — vai sair. Então, cabe ao Executivo executar e ao Judiciário julgar de acordo com as leis feitas pelos senhores e senhoras. Eu digo que a legislação atual precisa ser estudada com calma e modificada.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mais uma pergunta: Secretário, será que é mesmo uma questão de legislação? Acho que apenas 3% dos inquéritos são concluídos. A Justiça não consegue concluir os inquéritos, porque há falha na investigação. Ou seja, há um problema sério com o Judiciário. Na medida em que faltam políticas públicas sociais de inclusão, de redução da desigualdade, enfim, será que o problema é mesmo legislação, endurecimento de pena através da legislação? Essa é uma pergunta.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Eu não falo em endurecimento de pena, eu falo em discutir o processo. Por exemplo, os Estados Unidos... E aí são sistemas diferentes: um é o sistema inglês e o outro é o anglo-saxão, ou latino, que é adotado no País.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Além de diferente pacto federativo, não é?

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Sim, correto, mas estou falando de legislação. No Brasil, o que vige é o princípio da verdade real. Então, o juiz tem que buscar essa verdade real o tempo todo. Nos Estados Unidos, só vão a julgamento 5% dos casos; em 95% se fecha acordo. Com isso se tem uma Justiça mais célere.

Esse assunto dá 1 ano de discussão. Minha intenção aqui é jogar algumas ideias gerais, reiterar que me coloco à disposição e pedir que, se possível — é claro que eu estou aqui convocado pelos senhores e senhoras —, eu consiga concluir,



porque tenho um voo às 19h43min. Se isso não for possível, eu estou à disposição dos senhores e senhoras.

O Deputado Major Olimpio colocou uma situação de direitos humanos e perguntou como é que se vê a questão de gênero. O Comandante Pereira tem, entre outros casos, o de um soldado que optou por fazer mastectomia, por retirar o seio, e adotar o que ela enxerga ser. Num tempo passado, a visão que nós tínhamos era: tem que excluir. Ela está hoje trabalhando no Quartel do Derby, no Comando Geral, na Divisão de Direitos Humanos, não é isso, Comandante? Então, a nossa é uma visão realista do mundo de hoje, de convivência.

Deputado Jean Wyllys, concordo com o senhor, o maior número de negros vítimas nós vimos aqui em Pernambuco. A taxa é muito distinta. Podemos ver nos números do IBGE qual é a população de negros, de brancos, de pardos, mas o importante foi o que eu coloquei: olhar a taxa por 100 mil, porque aí o recorte sai correto.

Sobre a questão da história do País de escravidão, de exclusão social, se tudo desse certo antes do crime, não se precisaria da polícia. O que temos que buscar para o País é isto: educação melhor, saúde melhor, geração de emprego, políticas de inclusão. Se tudo der certo, o trabalho de quem está aqui na Mesa vai ser bem menor. Enquanto isso, o que nós temos? Nós temos que manter a segurança no Estado e no País.

Nós tivemos 3 dias de ausência da Polícia Militar nas ruas, em Pernambuco, nos dias 13, 14 e 15 de maio do ano passado. Vocês devem ter visto isso em rede nacional. Houve uma onda de saques numa cidade da região metropolitana. Então, o que nós precisamos é ter uma polícia que respeite as leis do País e que seja garantidora dos direitos humanos.

Sobre política de drogas também perguntou outro Deputado. Eu acho o seguinte: cabe aos senhores e às senhoras, nesta Casa e no Senado, discutir o que deve ser feito. A legislação não é estadual, mas federal. O que eu peço, como brasileiro, é que estudem bastante as experiências de outros países. Minha avó já dizia que é melhor aprender com a experiência dos outros do que com a própria.

Quem vai abordar isso eu acho importante ver como é que foi feito, o que deu certo, o que deu errado, onde é que essa droga que vai ser fornecida vai ser



cultivada. É preciso levar em consideração que, a partir do momento em que se abre essa porta, o ilícito, de certa forma, se mistura, você compra cinco aqui no legal e dez no paralelo. Recentemente, eu estava vendo uma matéria em Paris, uma discussão sobre uma casa, onde seria ou deixaria de ser, para o uso assistido de droga.

Eu entendo que isso deve ser discutido. Eu sou contrário — Alessandro Carvalho, não o Secretário de Defesa Social. Eu, Alessandro Carvalho, Delegado de Polícia Federal, sou contrário.

Então, estudem, legislem...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas o senhor pelo menos reconhece que há uma falência da política de drogas.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Não é que haja uma falência. Deixe-me colocar isso de uma forma bem clara.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - A pergunta foi mais ou menos essa. As lideranças mundiais, Presidentes de países que empreenderam, nos anos 90, a guerra às drogas disseram: *“Nós perdemos essa guerra, o tráfico venceu”*. Então, a questão é: vamos elaborar uma alternativa para ela? Essa foi a pergunta.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Eu, Alessandro, sou contrário. O que eu vejo é que há equívocos, e eu citei um equívoco. Eu não vejo como é que o Brasil — não falo como Delegado, não falo como Secretário, falo como cidadão — pode investir na Bolívia com a PETROBRAS, fazer uma refinaria e da noite para o dia se dizer: *“É nosso, depois a gente discute quanto é que paga. Eu vou aumentar a minha área plantada em seis vezes e eu não tenho consumo para isso, porque não há quem masque tanta folha de coca”*. Isso está vindo é para o Brasil. Qual é a política que deve ser feita? É a de ter um tratamento diplomático e econômico com esse país, que está colocando droga dentro do Brasil, mais duro, ou é a de deixar isso rodar, a droga entrar e aí vai?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - As drogas sintéticas não vêm da Bolívia, Secretário!

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Nós não somos grandes consumidores de drogas sintéticas.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas consumimos drogas sintéticas.



O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Sim! Sim!

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Elas não vêm da Bolívia, elas vêm de países do Primeiro Mundo: vêm dos Estados Unidos...

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - O senhor perguntou minha opinião, eu estou dando minha opinião. O Brasil é consumidor, em peso, de maconha e de cocaína, seja em pasta base, *crack*, seja em sal, hoje muito mais do que *crack*. Entra LSD e entram outras drogas? Sim. Mas esse não é o problema de segurança. O problema de segurança no País, hoje, chama-se *crack*.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Porque é uma droga consumida por pobre.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Eu estou colocando fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Secretário, eu e o Deputado Pastor Eurico visitamos, numa Comissão que eu presidi, a Comissão de Enfrentamento ao Crack, os países produtores de droga: Bolívia, Paraguai, Peru e Colômbia.

Lá, eu até propus aos Parlamntos, Deputado Jean Wyllys, a criação de um grupo de países consumidor, que é o Brasil, e produtores, que são os quatro que visitamos — eu até falei no Parlamento da Bolívia que nós apresentamos a demanda para eles produzirem —, para elaborar uma política conjunta, do ponto de vista de relações multilaterais, Secretário, porque percebemos que de fato há um proletariado rural do tráfico, os produtores.

Nós visitamos o Plano Colombo, que os Estados Unidos abandonaram porque não aguentaram mais colocar dinheiro, trilhões e trilhões, e porque ele não produziu muito resultado. A ideia é que pudéssemos criar a política da substituição do ilícito pelo lícito nesses países. E nós tentamos fazer alguns acordos, relações bilaterais, não é, Deputado Pastor Eurico? Na verdade, a Comissão acabou e nós apresentamos o projeto, mas fica uma questão: para construirmos, com esses Presidentes, essa relação.

Eu estou convencido de que é possível estabelecer uma relação bilateral no sentido de fazer um acordo de substituição lá, com uma política clara com a EPAMIG — Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, a EMBRAPA, os órgãos nossos de fomento, de substituição dos produtores, proletários do tráfico,



que ganham muito pouco, porque, na verdade, os que refinam estão esparramados em vários países do mundo.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - É importante dizer que os insumos do refino vêm dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vou conceder a palavra apenas ao Deputado Pastor Eurico, por 1 minuto, porque eu tinha com o nosso Secretário o compromisso de liberá-lo às 18 horas, e já são 18h03min.

Com a palavra o Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Só vou usar 30 segundos.

Sr. Presidente, corroborando o que disse V.Exa., vale salientar que na época nós tínhamos 30 mil hectares na Bolívia, mas tínhamos 60 mil hectares no Peru e 60 mil hectares na Colômbia. Essa era a produção ali nos países vizinhos. Eles não fazem a pedra de *crack* lá, eles a fazem aqui.

Eu queria que, se fosse possível, o Secretário desse uma informação aqui — fiquei preocupado — sobre a nossa cidade de Floresta, no Sertão pernambucano, onde, no outrora chamado Polígono da Maconha, existiam realmente plantações. Eu gostaria que V.Exa. informasse a ação da polícia concernente à plantação de maconha, se existe, como hoje se divulga por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Prometo, Secretário.

Nós vamos combinar aqui nenhuma intervenção do Plenário, para o Secretário concluir e os demais fazerem as considerações finais. Nós vamos a mais 12 Estados.

O SR. ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO - Estou à disposição para outra chamada. Não há problema.

Permitam-me fazer uma citação. Nós ouvimos aqui a expressão “guerra contra as drogas” e também que a guerra estaria perdida. Eu coloquei minha posição pessoal. Deixem-me fazer uma citação rápida até para deixar clara qual é a minha posição. Eu acho que tem que haver um amplo debate, que é a natureza desta Casa, e, depois de decidir numa democracia, cumprir. Todos os senhores e senhoras já devem ter visto o filme *Os Intocáveis*, com Kevin Costner. Ele passa o filme todo correndo atrás de Al Capone. Era o tempo da Lei Seca. No final do filme, quando termina tudo — policiais da equipe dele mortos, traficantes de uísque



mortos, Al Capone preso — e ele desce do prédio, um repórter lhe pergunta: *“Olhe, o Congresso está falando em liberar a venda de álcool nos Estados Unidos. E se isso acontecer, se for liberada?”* Ele respondeu: *“Eu vou ter que atender. Eu sou um policial. Eu vou me pautar pelas regras”*. É uma posição que eu coloco também. Eu acho que as regras têm que ser bem definidas, bem colocadas, e todos nós as cumprimos.

Deputado Paulão, eu acho a questão da inteligência muito importante, tanto que defendi junto ao Sr. Governador do Estado de Pernambuco que o então Chefe da Inteligência da Secretaria de Defesa Social, Delegado Antônio Barros, fosse alçado à condição de Chefe da Polícia Civil de Pernambuco e que o Coronel Pereira Neto, que era Chefe da Inteligência da Polícia Militar, fosse alçado ao cargo de Comandante-Geral da Polícia Militar. A integração dos dois, pessoas e dirigentes das instituições, Polícia Civil e Polícia Militar, eu considero a melhor possível.

Passo à questão de perícia. A perícia não tem autonomia financeira e, constitucionalmente, não existe uma polícia científica. Na Constituição, nós vemos Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Não existe polícia científica. O que há é uma Gerência-Geral de Polícia Científica. Hoje eles são policiais civis, mas não são subordinados administrativamente ao Chefe de Polícia, e sim a um Gerente-Geral de Polícia Científica.

A Corregedoria é muito importante. Não conheço nenhum plano de segurança que tenha dado certo sem atacar os grupos organizados e sem fazer o que ficou conhecido como Mãos Limpas, ou seja, tirar os maus elementos, que são poucos dentro de uma corporação de quase 30 mil homens e mulheres.

Corrigindo, eu respondi no momento, mas fui consultar o dado — eu posso deixá-lo com a Presidência. Floresta tinha uma taxa, em abril de 2007, de 34 por 100 mil; a taxa hoje, em abril de 2015, é 35 por 100 mil, aumentou 1 ponto. A taxa de Recife, em abril de 2007, era 72 por 100 mil; hoje, é 33 por 100 mil, uma queda de aproximadamente 55% na taxa.

A repressão ao cultivo de droga naquela região, desde que eu comecei a trabalhar lá, em 1999, já havia. Eu saí de lá em 2004. A repressão continua forte, com ações integradas de Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar na região.



Outro dado é sobre a divisão dos homicídios no Estado: Região Metropolitana, 42% dos homicídios; Agreste e Zona da Mata, 44%, e Sertão, 13%, apesar de ter 60% do território do Estado.

O Deputado Glauber Braga perguntou se havia exemplos de políticas bem sucedidas. Não vou entrar no mérito da política, mas no resultado de redução de criminalidade. Eu considero as de São Paulo e Rio de Janeiro bem sucedidas: São Paulo com 60,3% dos homicídios e Rio de Janeiro com 50%. Minas Gerais tem uma política muito boa, mas não conseguiu a redução.

Por uma questão de justiça, eu tenho que constar que, no início do Governo de Eduardo Campos, nós fomos a Minas Gerais por mais de 6 meses, em 2007, para compreender o modelo de gestão que era aplicado no Estado e tivemos a consultoria também de uma empresa, de um grupo lá de Minas Gerais.

Como parâmetros internacionais, eu cito Colômbia e Nova York. Em termos percentuais de redução de homicídios em Bogotá, em Nova York e em Recife, a nossa redução foi muito maior. Agora, vocês podem perguntar sobre a taxa. A taxa de Nova York era menor, a da Colômbia não. Então, eu cito esses dois.

A Deputada Rosângela Gomes me perguntou se existe genocídio de negros e pobres no Brasil, e eu respondo que não. Genocídio é o extermínio sistemático de pessoas, tendo como principal motivação diferenças de nacionalidade, de raça, de religião, de etnias, e a prática que visa a eliminar minorias étnicas em determinada região. Considerando esse o conceito de genocídio, eu respondo que não.

O Deputado Reginaldo Lopes, nosso Presidente, questionou sobre ciclo completo, juizado de instrução e taxa de elucidação. Sobre o ciclo completo, o Brasil é um dos poucos que têm Polícia Militar e Polícia Civil. E é uma Polícia Militar que carrega historicamente o preconceito — do mesmo jeito que há preconceitos contra diversos grupos — de que seria ainda uma polícia que age da mesma forma que agia em 1964, 1970, 1980.

Se olharmos a grade curricular de um curso de formação na Polícia Militar e de um curso de formação no Exército, veremos que um é treinado para fazer polícia e o outro é treinado para fazer guerra, o que é completamente distinto. Agora, eu acho que isso deve ser discutido, sim, e de uma forma ampla, se deve ser feito ou não — não o ciclo completo na polícia, mas a unificação das polícias —, mas



pensando numa regra de transição para quem já é policial militar hoje e policial civil em relação àqueles que vão entrar no futuro.

O juizado de instrução é algo que não cabe na legislação penal do Brasil. O juiz fica à parte. Ele pode conceder, mediante provocação, às vezes até de ofício, mas ele não participa do inquérito. E sobre a questão da taxa de elucidação de homicídios, por favor, peçam, e nós passamos. Agora, eu peço que vocês olhem os critérios, porque tudo é questão de critério.

Então, o que acontece? Se alguém disser, em junho de 2015, que, de 1º de janeiro ao final de maio, houve cem homicídios e elucidou cem homicídios, olhem se os cem homicídios foram de janeiro a maio de 2015 ou se estão trazendo homicídios ocorridos em anos anteriores. A taxa tem que ser daquilo que ocorreu naquele período e foi elucidado naquele período. Se querem trazer de 2014, então somem todos os homicídios de 2014 com os de janeiro a maio de 2015 e vejam o que foi elucidado, porque temos problemas de metodologia.

Quanto à questão do Delta T, do tempo, homicídios mais recentes têm a autoria determinada quando é um flagrante ou quando é um crime de impulso ou um crime passional, em que há testemunha do fato. Então, esse já nasceu elucidado com relação à autoria. Elucidar em 3 meses um homicídio de um grupo criminoso é algo complexo. Então, adotamos como tempo os últimos 12 meses para chegar a uma taxa. Não tenho esse valor no momento, mas me coloco à disposição.

Acho que eu respondi a tudo que consegui anotar e captar.

Muito obrigado pela oportunidade de ser ouvido nesta Casa. E me coloco à disposição, sempre que necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Alessandro Carvalho Liberato, Secretário de Estado de Defesa Social de Pernambuco, pela bela contribuição.

Eu vou passar a palavra agora ao Sr. Antônio Barros Pereira, Delegado-Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, e depois ao representante da Defensoria Pública, para as considerações finais.

Com a palavra o Sr. Antônio Barros Pereira.

O SR. ANTÔNIO BARROS PEREIRA DE ANDRADE - Bem rápido vou fazer as considerações finais. Quero dizer que a Polícia Civil não faz nenhum tipo de



distinção pela raça, cor, idade, opção sexual, em relação ao que está investigando. Ela simplesmente investiga, apura fatos. Ela se atém a detalhes técnicos para que cheguemos à autoria delituosa. Só mais ou menos quase do meio para o final, podemos realmente ter uma identidade, ter um rosto de uma pessoa e saber exatamente quem praticou aquele delito, independente de ser pardo, negro, branco. Isso não interessa à Polícia Civil, isso não faz parte do nosso dia a dia. Nós apuramos e nos atemos à prática de investigação. É isso que importa para a Polícia Civil.

Na formação dos policiais, também temos puxado muito para a preocupação com os direitos humanos. Isso tem sido realmente uma preocupação da Polícia Civil na formação de seus policiais. Só para citar: nós temos direitos humanos, uso diferenciado da força, direito da criança e do adolescente, legislação especial aplicada a grupos vulneráveis, inteligência na atividade policial, direito relacionado às mulheres, etc. Isso aí é extremamente importante para a formação dos nossos policiais.

Outro ponto que eu friso bastante, até por ter vindo da atividade de inteligência, é a importância de termos uma polícia cada vez mais investigando com base na atividade de inteligência. Cito alguns números de resultado de operações com foco no combate ao crime organizado. Como o próprio Secretário falou aqui, não temos grupo de extermínio no Estado do Pernambuco, atividade delituosa que existia antes de 2007 com muita força, mas que, ao longo dos anos, foi muito combatida com uma política séria de segurança.

Então, tivemos, de 2007 a 2014, 162 operações de repressão à atividade criminosa. Só nesse recorte, tivemos 3.041 presos. Neste ano, tivemos 12 operações de repressão qualificada, com 184 presos, entre eles assaltantes de banco, homicidas, latrocidias, traficantes.

O mais interessante desse número, falando de forma bem resumida e rápida, é que não há nenhuma ocorrência sequer de letalidade da polícia com o criminoso. Todas essas pessoas aqui foram presas no momento mais oportuno de uma operação policial, que é justamente quando a polícia chega à porta da casa, já com o mandado de prisão, o inquérito instruído já na sua fase final e muitas vezes pega o



sujeito dentro de casa, no momento em que está acordando, sem nenhuma condição de esboçar reação.

Quase a totalidade desses presos, mais de 3.200, foram presos nessa condição, com base em técnicas de investigação, com base na atividade de inteligência policial. Isso é extremamente importante de ser cada vez mais alimentado, fomentado e estimulado, para que a polícia possa trabalhar com esse tipo de informação.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer da integração das polícias no Estado de Pernambuco. Ela é a base com certeza da construção de muitas ações positivas de segurança pública, que é uma integração perfeita que existe entre Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Científica.

Tenho amizade pessoal com o Coronel Pereira Neto. Somos oriundos da mesma atividade e nós com certeza conseguimos fazer um combate à atividade criminosa de forma ombreada, sempre lado a lado. Isso é realmente uma base para que tudo possa ser construído e possamos trabalhar de forma mais eficiente.

Então, são as considerações finais que eu queria fazer, dizendo que, em Pernambuco, a Polícia Civil está à disposição para esclarecimento de dados que não foi possível trazer aqui no momento, caso haja maiores necessidades. Quero dizer do compromisso que todos nós temos no combate à criminalidade. Isso é o dia a dia nosso, de domingo a domingo, como a gente diz, de 24/7, 24 horas por dia.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosangela Gomes) - Obrigada, Dr. Antônio Barros, por sua exposição.

Agora passo a palavra, para suas considerações finais, ao Dr. Manoel Jerônimo.

O SR. MANOEL JERÔNIMO DE MELO NETO - Sra. Deputada, eu gostaria de agradecer a todos os Deputados Federais e servidores da Casa pelo acolhimento dispensado a nós, pernambucanos, que viemos aqui prestar essa colaboração para esta Comissão extremamente importante para a redução dos crimes praticados contra jovens negros e pobres e dizer que a Defensoria Pública tem um papel fundamental na prevenção dos delitos.



Lá em Pernambuco, por exemplo, nós temos um programa chamado Defensor Professor = Aluno Cidadão, em que, à noite, vamos dar aulas, lecionar aulas de cidadania para os alunos da rede pública.

A Defensoria Pública pode trabalhar em diversas frentes, não só nesse trabalho feijão com arroz de audiência de defesa, mas também nesse aspecto extrajudicial.

Quero aqui também agradecer ao Deputado Pastor Eurico pelo trabalho desempenhado nesta Câmara, pelo alto nível dos debates, e pedir a V.Exas., rogar a V.Exas. que lutem, briguem pela valorização da Defensoria Pública porque, sem dúvida alguma, é um dos caminhos para minorarmos a desigualdade social no Brasil.

Deixo aqui o meu registro também de felicitações ao Coronel Pereira, Chefe da Polícia Civil, ao Antônio Barros, e ao Secretário de Defesa Social, Dr. Alessandro, não só pelo trabalho desempenhado nas referidas pastas no Estado, mas também pelo brilhantismo com que responderam aqui às perguntas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosangela Gomes) - Obrigada, Dr. Manoel Jerônimo.

Eu agradeço a presença de todos os senhores e senhoras aqui. Vou liberar os senhores para que possam voltar aos seus respectivos Estados, senão perderão os voos. Em seguida, temos ainda alguns requerimentos para serem aprovados aqui.

Muito obrigada. Bom retorno! (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosangela Gomes) - Vamos retomar os trabalhos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sra. Presidenta, só um dado importante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosangela Gomes) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com relação aos policiais mortos de janeiro de 2013 a maio de 2015 fora de serviço, o total foi de 46. Fora de serviço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosangela Gomes) - Fora de serviço?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É. Não informado são 25, e em serviço nove.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosangela Gomes) - Não informado?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vinte e cinco; e em serviço nove. De Janeiro de 2013 a maio de 2015.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosangela Gomes) - Convido o Presidente Reginaldo Lopes para retomar à Presidência.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, primeiro eu queria parabenizar essa visão aguda do Pe. Luiz Couto, que conhece muito bem aquela dinâmica de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Ele conhece a triangulação daqueles três Estados e já percebeu os números dos policiais que foram vítimas, constatando que substantivamente a maioria não estava exercendo a sua atividade policial. Mas, esse é outro debate.

Sr. Presidente, o motivo da minha inscrição é que, com a ausência do Deputado Bebeto, eu gostaria de subscrever os Requerimentos nºs 81/15 e nº 82/15 de autoria de S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passando para o próximo item da pauta, submeto à apreciação da Comissão os seguintes requerimentos. Com pedido para subscrever o requerimento do Deputado Bebeto, com a palavra o Deputado Paulão, que subscreveu os requerimentos.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu quero subscrever também, Sr. Presidente, os dois requerimentos do Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, está bem.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Peço nossa inclusão também na subscrição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nem precisa justificar. Basta que nós votemos a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k.

Em apreciação o Requerimento nº 81, do Sr. Deputado Bebeto, que foi subscrito pelos Deputados Paulão, Jean Wyllys, Luiz Couto e Pastor Eurico.

Em processo de votação.



Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Passamos para o Requerimento nº 82.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu gostaria de subscrever também o da Deputada Rosangela Gomes, um convite feito ao Pe. Jaime...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós estamos no Requerimento nº 82.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... na defesa dos direitos humanos e do enfrentamento da violência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ao Requerimento nº 82 também teve solicitação para subscrever...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Eu queria também subscrever o da Deputada Rosangela Gomes, se ela permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, os três requerimentos têm pedido para subscrição. O Requerimento nº 82, do Sr. Bebeto, foi subscrito pelos Deputados Paulão, Jean Wyllys, Luiz Couto e Pastor Eurico.

Passamos ao processo de votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, agora o próximo item é o Requerimento nº 83, da nossa Deputada e Relatora Rosangela Gomes. Há pedidos para subscrever também dos Deputados Paulão, Jean Wyllys, Luiz Couto e Pastor Eurico.

Com a palavra a Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sras. e Srs. Deputados, essa nossa iniciativa se deu em virtude da audiência da semana passada, se não me engano, com o Dr. Roberto, da Secretaria de Direitos Humanos, que fez menção ao trabalho que o Pe. Jaime vem fazendo com muita propriedade há muitos anos.

Mediante sugestão, nós acatamos. Por isso, eu gostaria de pedir, de submeter ao Plenário a apreciação para que a gente possa aprovar e trazer aqui o Pe. Jaime para ele dividir conosco a experiência que tem de militância nessa área. Já, de pronto, quero dizer que será muito bem vinda e de muito bom grado os senhores subscreverem comigo esse requerimento. Por unanimidade, não é? Todos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Em processo de votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Deputada Rosângela Gomes, que foi subscrito pelos Deputados Paulão, Jean Wyllys, Luiz Couto e Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pela ordem, Deputado Luiz Couto; depois, Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - V.Exa. ontem me provocou para que eu fosse a Minas Gerais. Atendendo à sua provocação, estarei, se Deus quiser, também participando da audiência pública e das diligências lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu queria convocar todos os Deputados que estão aqui a irem a Minas Gerais me prestigiar.

Segunda-feira, dia 8, nós vamos fazer pela manhã uma diligência a uma comunidade que se chama Alto Vera Cruz. Alto Vera Cruz é uma comunidade que, de acordo com os índices da Polícia Militar e do sistema de segurança de Minas, tem o maior índice de violência.

Então nós estamos organizando, junto com o *rapper* Flávio Renegado, que já esteve aqui, na CPI, mais a CUFA, a Central Única das Favelas, o Frans e mais o MV Bill. Nós estamos organizando lá. Na verdade, será nessa comunidade, mas estamos convidando todas as comunidades para estarem presentes, e vários familiares de vítimas de homicídios. Nós vamos ficar lá das 9 às 13 horas. Um pouco do modelo do que fizemos no Morro do Alemão. Depois, iremos para a Assembleia Legislativa. Nós vamos fazer uma coletiva para a imprensa na sala da imprensa da Assembleia Legislativa. Está marcada para as 13h30, mas vai começar às 14h. Nós vamos fazer uma audiência na Assembleia Legislativa, transmitida para os 853 Municípios mineiros, porque lá é TV aberta.

Então, queria convidar V.Exas. para compartilhar conosco. A quem for para Belo Horizonte, eu prometo uma comida mineira, à noite. Eu escolho o restaurante.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu queria saber a que horas é a diligência, porque eu tenho uma agenda na segunda-feira e quero ver se consigo conciliar a agenda em Belo Horizonte com a daqui de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A diligência será às 9 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Provavelmente, se eu for, vou participar apenas da diligência, não vou participar da coletiva à tarde, porque tenho já uma agenda marcada aqui em Brasília, segunda-feira. Mas eu queria muito participar dessa diligência. Vou fazer o possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Segundo ponto. Desculpe-me, Deputado Paulão, eu vou concluir algumas questões aqui.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Esse é rápido.

Sr. Presidente, eu queria justificar minha ausência. Amanhã, com um grupo de colegas militares, nós temos uma missão internacional, e só volto na terça-feira. Eu queria já justificar a minha ausência. Os colegas irão e, à noite,... Eu não tenho dúvida da sua diplomacia, oferecendo não só atividade *in loco*, fazendo um bom debate, fazendo atividade também do ponto de vista gastronômico — diet, um leitão à pururuca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Paulão, justifico a minha ausência nessa viagem internacional. Eu também estaria presente, mas, devido ao nosso compromisso aqui na CPI, não vou poder estar.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputado Paulão, o que menos interessa nessa diligência é a atividade gastronômica (*riso*), até porque eu particularmente não como carne vermelha, então...

Sr. Presidente, tirando esse comentário ameno, só queria lembrar que a gente precisa remarcar a vinda da antropóloga Lilia Moritz Schwarcz para cá, junto com a historiadora Heloísa Starling, mineira, da Universidade Federal de Minas Gerais. Acabaram de publicar um livro *Brasil: Uma Biografia*. Acho que é uma pessoa que vai colaborar bastante com esta CPI, sobretudo na questão do recorte racial. Há uma resistência muito grande, mesmo entre os membros da CPI, em admitir que a



posição trazida pela cor da pele ou pela raça vulnerabiliza muito mais algumas pessoas do que outras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pergunto a V.Exa. se elas têm condição de estar presentes na terça-feira, porque nós estamos ainda acertando o Estado.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Seria interessante tentar falar com ela. Eu posso passar os contatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Os contatos com o Robson. Nós, então, trabalhamos na terça ou na quinta-feira, porque ainda estamos acertando um pouco. O Estado de São Paulo estava marcado para terça-feira, mas eu recebi do próprio Líder da Minoria, Deputado Carlos Sampaio, um apelo. Eles querem trazer mais dados para subsídios, e pediram para mudar para o dia 16. Eu tive concordância. Então, nós estamos com a terça-feira agora com disponibilidade.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Posso passar os dados.

Por fim, eu queria saber se a secretaria já encaminhou os vídeos que foram solicitados na última sessão e também a nota de esclarecimento de que o vídeo foi manipulado. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E no dia 15, Paraíba, João Pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu estou fazendo, por ofício da Presidência, o relato. Mando todos os *e-mails* eletrônicos, quando for divulgado. É evidente que eu não faço uma denúncia direta, porque não cabe a mim apurar, mas estou encaminhando por ofício da Presidência aos órgãos com quem nós nos comprometemos.

Com a palavra o Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Presidente, quero pedir as minhas desculpas por não poder estar com V.Exa.. É sempre um prazer estar gozando da sua hospitalidade. Mas temos outro compromisso. Em outra oportunidade, com certeza, estaremos juntos.

Quero agradecer a V.Exa. e parabenizá-lo pela eficiência à frente desta Comissão, que já é algo muito comum na pessoa de V.Exa.. Parabéns!



Quero aproveitar também e mandar um abraço aos milhares de amigos e companheiros que estão assistindo a esta audiência, haja vista que hoje Pernambuco está participando. Mando nosso abraço principalmente para a cidade de Flores. Estão mandando uma mensagem da Câmara de Vereadores de Flores, na pessoa do Vereador Alberto, dizendo que estão lá e saudando V.Exa. O senhor tem muitos admiradores em Pernambuco. Fico até preocupado para não concorrer comigo lá. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Eu quero, antes de encerrar, dizer que nós recebemos um expediente, informando que foi indicado para fazer parte desta Comissão o Deputado Rubens Otoni.

Nós estamos fazendo diligências e audiências nas segundas-feiras. Qual é a dificuldade? Temos 26 Estados e 1 Distrito Federal. Há um requerimento da própria Assembleia do Rio Grande do Sul. Eles vão instalar uma Comissão Especial para elaborar o Plano Estadual de Enfrentamento a Homicídios. Nós assumimos o compromisso de estar lá no dia 10 de junho, na sexta-feira. Então, eu acho que vamos ter que combinar aqui as realizações de audiências diretas nas segundas e nas sextas-feiras.

Então, nós vamos precisar designar alguém para presidir nesses Estados, porque vai ser quase impossível a Presidência estar em todas, inclusive, também a Relatora.

Eu quero fazer esse primeiro teste, vamos dizer assim, de como será o funcionamento. No dia 15 de junho, nós vamos tentar fazer duas audiências. Em Goiás, na Capital Goiânia, eu quero designar para ficar responsável por organizar a Deputada Erika Kokay, que foi a autora da solicitação, e também o Deputado do Estado que foi designado, Deputado Rubens Otoni. Eu quero designar os dois Deputados para organizar a nossa ida ao Estado de Goiás, na audiência pública em Goiânia. Parece também que há uma diligência lá em uma comunidade.

Nesse caso, na Paraíba, Deputado Luiz Couto, nós temos o Vice-Presidente Deputado Wilson Filho. Daí, se o Deputado pudesse presidir na Paraíba, porque também vai ocorrer no dia 15. Ou então, vamos ver quem pode também presidir em Goiás. Nós vamos ter que combinar, porque temos um prazo até o dia 17 de julho.



A Deputada Rosangela Gomes, por iniciativa da Relatora, pegou apoio de todos os membros desta CPI para pedir uma prorrogação. Nós ainda precisamos conversar com o Presidente da Câmara para garantir a prorrogação. Eu acho que é fundamental a prorrogação pelo menos por mais 60 dias, para que a gente possa entregar os relatórios preliminares.

Essa ideia de todos que já surgiram... Por exemplo, saiu nas revistas nacionais que a CPI ia apresentar um projeto, um marco regulatório do sistema de proteção das pessoas ameaçadas. Então, há muitos documentos, projetos, proposições legislativas que terão de ser apresentados aqui para o conjunto do Plenário e também para a sociedade.

Nós estamos vivendo uma exigência da sociedade brasileira de sempre democratizar as políticas, não só o debate, mas também a confecção, vamos dizer assim, a proposição, para se ter um olhar da sociedade civil organizada. E em especial dessa temática que tem uma sociedade civil muito organizada. É o movimento negro no Brasil, que há mais de 30 anos denuncia essa questão da violência contra jovens negros e pobres e, de fato, espera também ter os documentos e os encaminhamentos da CPI, para que eles possam dar também o seu olhar, antes que seja o relatório final.

Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Quando é que está marcada a de Goiânia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Estou marcando aqui para o dia 15 de junho, no mesmo dia da Paraíba. Se nós não começarmos a organizar duas por segunda-feira, é quase impossível de a gente cumprir esse calendário.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Dia 15 é uma segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É uma segunda-feira.

Então, nós aprovamos audiência para todos os Estados. Mesmo não tendo Deputado membro desta CPI de todos os Estados, as próprias Assembleias Legislativas, os Deputados estão convidando. Há uns que estão quase nos convocando para estarmos presentes.



É um debate em que a gente precisa dessa visibilidade também, garantir a presença da CPI em todas as capitais, até para mobilizar a Assembleia Legislativa a constituir as suas Comissões Especiais. Nós estamos dizendo que vamos fazer um novo pacto federativo e vamos constitucionalizar a responsabilidade de Municípios e Estados para estabelecer planos nacionais no enfrentamento aos homicídios. Então, nesse sentido, nós precisamos cumprir essa agenda.

Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Dias 29, que é um domingo, e 30, uma segunda-feira, eu vou estar no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Não sei se já há algum pleito para Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Há. Dia 10 de junho, eles vão instalar uma Comissão Especial. Então, a gente pensou em organizar no dia 10 de julho, sexta-feira, em Porto Alegre. No dia 29 de junho está previsto no Pará, em Belém.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Deputado Reginaldo...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu vou estar lá e eu queria aproveitar, porque se tivesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Que dia?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Nos dias 29 e 30. Poderia realizar dia 30 a audiência, presidir a audiência da CPI, trazer os dados, as informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Dia 30 de que mês?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Dia 30 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos conversar com os Deputados que estiveram aqui presentes, os Deputados Estaduais, a Deputada Manuela...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Então, a atividade é com ela mesma, justamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Lá na Assembleia eles aprovaram a instalação dessa Comissão Especial no dia 10 de julho. Se tiver condição de mudar, O.K.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eles não podem instalar a Comissão deles e a gente realizar a audiência no dia 30?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Acho que sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É importante, Deputado, a presença de Parlamentares que estejam atuando e não apenas sendo indicados.

Então, acho que a Paraíba está esperando V.Exa. lá com banda de música e foguetório (*risos*), porque tem o maior São João do mundo, que é Campina Grande. V.Exa. será convidado para lá estar presente.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - O.k. Vamos lá!

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Só uma questão de esclarecimento, Deputado Luiz Couto.

O tratamento da Paraíba é o mesmo que foi dado ao Presidente Eduardo Cunha?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, para vocês, não. Para ele, sim. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, dia 15 de junho.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Em 15 de junho, eu posso, talvez, me comprometer a presidir em Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É. Nós estamos aqui conversando com a Relatora. Se tiver uma prorrogação, nós vamos...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas se não houver. Vamos trabalhar com a possibilidade de não haver.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu acho que tem. A PETROBRAS conseguiu a prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É. Nós vamos ter que fazer o pedido.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Eu estou pedindo aqui, Deputado Presidente, que possa aguardar a resposta do Presidente Eduardo Cunha. Se ele autorizar a prorrogação da Comissão, eu acho que nós poderemos, todos nós, fazer essas oitiva juntos, como estamos fazendo até hoje.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sim.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Eu temo, por exemplo, como eu sou nova aqui, abrir para os Estados fazerem o relatório. A gente não estar presente e o relatório não sair...



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas teria membro da CPI.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sim. Com membro, sim,

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Com membro.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Ou a gente presente.

Agora, os Deputados da localidade que não estão presentes nesse trabalho fazerem a Comissão, eu acho complexo, entendeu?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Seria sempre com membro da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para presidir, sempre um membro da Comissão.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Exatamente. Não tem lógica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Agora, Relatora, eu não estou nomeando Relator *ad hoc*. O relatório seriam as notas taquigráficas. A CPI está aqui presente...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sim, as imagens e as notas taquigráficas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, eu não vou nomear Relator *ad hoc*, não.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Temos que trabalhar com um plano A, que é a possibilidade de prorrogação, mas também com um plano B, de não ter prorrogação, e a gente ter que dar conta. E a gente tem que dar conta.

E nós, que arregaçamos as mangas, estamos tralhando, de fato, na CPI, não estamos usando ela apenas como palanque, para vir expressar nossas ideias pré-concebidas, estamos aqui dispostos a trabalhar e dividir essa tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k., Deputado.

Eu só quero dizer que, mesmo com a prorrogação, nós vamos precisar fazer na segunda e na sexta e, em algum momento, duas audiências. Por quê? São 27 Estados. Mais 60 dias significam oito oportunidades, oito audiências. Nós já fizemos quatro e vamos fazer agora a quinta. Ainda restam 22.

Então, nós estamos com muita dificuldade, mesmo com a prorrogação. Eu conto com a prorrogação também, porque, inclusive, nós vamos sensibilizar o Presidente da Casa com o argumento de que nós precisamos entregar para a



sociedade o que nós entendemos ser importante modificar na legislação e novas proposições. Eu acho que isso é rico para que a CPI não seja sempre acusada de que está falando pelo outro. Nós não substituímos ninguém. Aqui, nós estamos representando, então, nós queremos respeitar a construção histórica desses movimentos.

Eu voto com o movimento, com qual for a definição deles. Esta é minha opinião. Então, eu estou aqui para presidir. Nem diria que eu votaria com a maioria dos Deputados, eu voto com a opinião da maioria dos movimentos em relação aos temas encaminhados.

Com a palavra o Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - V.Exa. falou de prorrogação, quase que eu entendo provocação. Mas não é o caso.

É o seguinte, Sr. Presidente: V.Exa. falou aí em notas taquigráficas e também na parte de vídeo. Só à guisa de informação, está programado, provavelmente para o dia 13, em Pernambuco. Só que já estará em recesso e parece-me que não vai ser possível usar a Assembleia Legislativa. O Deputado Betinho Gomes já está tentando ver a questão de outro local. Seria o auditório do Banco Central, que é um bom local. É só à guisa de informação.

Essa questão também é um fato novo. V.Exa. citou aí, e isso já me preocupou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas V.Exa. acha que a Assembleia não abre? É até melhor, porque nós teríamos o dia todo. As diligências, é evidente, são nas comunidades. Mas a audiência ganha outra repercussão quando a gente usa a *TV Assembleia*, as estruturas.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Na verdade, vai estar em recesso — é isso que eu conversei com ele —, estará tudo praticamente parado. Então, não vai funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não se consegue um apelo da Presidência para...

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Bom, está se tentando. Ontem, conversamos a respeito. Já se tomou essa atitude para não prejudicar, exatamente, os trabalhos da Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Obrigado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrado nossos trabalhos, antes convocando a presença dos senhores em nossa audiência pública no Estado de Minas Gerais, na segunda-feira, dia 8, a partir das 9 horas, na Comunidade do Alto Vera Cruz, e, na terça-feira, aqui, a partir das 14h30min, com a nossa audiência pública de liberação de requerimentos.

Uma boa noite! Agradeço a presença de todos.